

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**O SIGNIFICADO DO ESTÁGIO CURRICULAR
NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL –
REALIDADE DO CEARÁ.**

MARIA DARCY DE DEUS MARTINS

**RECIFE-PE
ABRIL-2003**

MARIA DARCY DE DEUS MARTINS

**O SIGNIFICADO DO ESTÁGIO CURRICULAR NO
PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CURSO
DE SERVIÇO SOCIAL -
A REALIDADE DO CEARÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social sob orientação da Professora Dra. Ana Cristina Sousa Vieira.

RECIFE-PE

ABRIL-2003

Esta dissertação foi apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social e encontra-se à disposição na biblioteca da referida universidade. A citação de qualquer trecho da mesma é permitida, desde que em conformidade com as normas técnicas, éticas e científicas.

APROVADA EM 08 DE ABRIL DE 2003.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Sousa Vieira

Examinadora: Prof^a. Dr^a. Francisca Rejane Bezerra Andrade

Examinadora: Prof^a. Dr^a. Anita Aline Albuquerque da Costa

ALUNA

Aluna: Maria Darcy de Deus Martins

Pelo que eles representam na minha vida
Clairton,
Renato, Vladimir, Pedro Augusto,
Clarissa, Flávia e
Ana Carolina.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho. Meus agradecimentos, em especial:

À Silvana, Juliana e Lucas, pela presença amiga e solidária.

À Ana Cristina Souza Vieira, orientadora presente, mesmo na distância.

Às colegas Carmencita, Conceição Pio, Irma e Núbia, pelo estímulo e por me fazer acreditar que eu conseguiria.

À Rejane pela prestimosa colaboração.

Às colegas assistentes sociais que colaboraram com seus depoimentos e permitiram enriquecer este trabalho.

Aos profissionais responsáveis pelo recrutamento e seleção que aceitaram o convite para participar da pesquisa.

Aos alunos do Curso de Serviço Social pela disponibilidade e interesse.

Aos colegas do Mestrado, pelo companheirismo.

Aos professores do Mestrado, em particular, Anita Aline pelo apoio e estímulo para me fazer chegar à concretização deste trabalho.

À Universidade Estadual do Ceará pela oportunidade de me fazer crescer profissionalmente.

Aos funcionários do Departamento pelo apoio e solidariedade.

À Fátima que abriu mão das suas férias para que eu pudesse me dedicar à finalização do trabalho.

RESUMO

O presente estudo aborda a relação entre a prioridade do aluno de Serviço Social pelo estágio remunerado e a qualidade da formação profissional a partir da prática dos alunos nos diferentes campos de estágio. Parte de uma discussão sobre a questão do desemprego no contexto maior da globalização que desencadeia um conjunto de transformações no mundo do trabalho, afetando particularmente os jovens. Somos hoje, no Brasil aproximadamente 13 milhões de desempregados, dentre os quais se destacam os jovens, principais sujeitos da nossa história. Nem todos os jovens, mas os jovens alunos do Curso de Serviço Social que estão cumprindo estágio curricular obrigatório. A aproximação com alunos, que no início de cada semestre solicitam o estágio remunerado e os depoimentos dos próprios bem como dos professores quanto à fragilidade de algumas instituições, nos motivou a investigar sobre a utilização do estagiário pelas instituições, como forma de nos aproximarmos de uma interpretação sobre o significado do estágio, a partir das questões a serem abordadas na pesquisa junto aos diferentes sujeitos envolvidos.. Neste sentido, tentamos através de uma pesquisa de natureza qualitativa, nos aproximar do nosso objetivo. Na coleta de dados utilizamos como instrumento a entrevista com questões semi-estruturadas. Como sujeitos da pesquisa foram entrevistados alunos, assistentes sociais, supervisoras da prática e, profissionais responsáveis pelo processo de recrutamento e seleção dos alunos. A análise empreendida nos permitiu perceber a realidade que envolve o aluno no contexto do estágio. Trata-se de uma mão-de-obra barata, em processo de qualificação e que interessa às instituições. Do outro lado, a realidade do desemprego que faz o jovem priorizar o estágio remunerado como uma estratégia de não se sentir desempregado, mesmo que o contrato de estágio seja temporário e sem garantias dos direitos trabalhistas.

Palavras chaves: desemprego, formação profissional, estágio.

ABSTRACT

The present study approaches the relation between the priority of the pupil of Social Work for the remunerated training period and the quality of the professional formation from the practice of the pupils in different fields of training period. From a discussion about the unemployment in a bigger context of the globalization that unchains a set of transformations in the world of work, affecting particularly the young. We are today in Brazil approximately 13 million unemployed, amongst which they detach the young, main citizen of our history. Not all the young, but the young pupils of the Course of Social Work and that they are fulfilling obligatory curricular training period. The approach with pupils, who in the beginning of each semester request the remunerated training period and their depositions, as well as of the professors about the fragility of some institutions, motivated us to investigate this relation of forms to contribute for possible decisions about the questions that will be boarded in the research. In the light of this, we try through a research of qualitative nature, approach to our objective. In the collection of data we use as instrument the interview with half-structuralized questions. As citizens of the research, pupils, social workers, responsible supervisors of the practical and professionals for the recruiting process and election of the pupils were interviewed. The analysis undertaken allowed us to notice the reality that involves the pupil in the context of the training period. One is that they are a cheap qualified labour that interests the institutions. In the other side, the reality of the unemployment that makes the young to prioritize the remunerated training period as a strategy of not feeling, even though temporary and precariously employed.

Keys Words: Unemployment - Professional formation - Training Period.

LISTA DE SIGLAS

BNB – Banco do Nordeste

CCQ – Círculo de Controle de Qualidade

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

COPEC – Comissão Permanente de Estágio Curricular

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

FUNCAP – Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa

FUNCI – Fundação da Criança e da Família Cidadã

FUNECE – Fundação Educacional do Estado do Ceará

GACC – Grupo de Apoio às Comunidades Carentes

IAPs – Institutos de Pensões

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IML – Instituto Médico Legal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NUTEP – Núcleo de Estimulação Precoce

PIB – Produto Interno Bruto

PRAE – Pró-reitoria de Assuntos Estudantis

PSD – Partido Social Democrata

PSP – Partido Social Democrata

REFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SESI – Serviço Social da Indústria

SETAS – Secretaria do Trabalho e Ação Social

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UDN – União Democrática Nacional

UFC – Universidade Federal do Ceará

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UNIFOR – Universidade de Fortaleza

É uma situação de baixa produtividade, emprego esporádico e salários achatados [...] Enquanto alguns não estão totalmente empregados devido a fatores tais como variações sazonais na demanda por trabalho agrícola, outros trabalham longas horas durante todo o ano, mas ganham muito pouco nesses trabalhos de baixa produtividade. Uma característica comum – baixos salários – identifica tais trabalhadores como o centro do problema da pobreza. Os pobres [...] não podem se dar ao luxo de ficar desempregados; eles são obrigados a aceitar o subemprego.

(World Bank, 1997)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 12

CAPÍTULO 1 CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE BRASILEIRA, 17

1.1 As Implicações do “Novo Mundo do Trabalho” na Questão do Desemprego, 17

1.2 O Exercício Profissional do Assistente Social: Desafios e Possibilidades, 31

CAPÍTULO 2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÁGIO, 44

2.1 Abrindo a Discussão, 44

2.2 A Formação Profissional no Ceará, 54

2.2.1 Um Retorno a 1950, 54

2.2.2 Um Salto para 1990, 62

2.2.3 O Perfil do Aluno do Curso de Serviço Social, 67

2.2.4 As Demandas de Estágio, 71

CAPÍTULO 3 TRAZENDO A DISCUSSÃO PARA A PRÁTICA, 80

3.1 Estágio e Custo de Mão-de-Obra, 80

3.2 O Estágio na Ótica dos Assistentes Sociais, 92

3.3 A Vez e a Voz dos Alunos, 108

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 131

BIBLIOGRAFIA, 136

INTRODUÇÃO

Quando definimos nosso objeto de estudo, muitas das questões levantadas para o roteiro das entrevistas, já nos pareciam bastante familiares.

O fato de mantermos com os alunos, professores e assistentes sociais, supervisores da prática uma familiaridade, nos fez acreditar que tínhamos uma certa “compreensão” da realidade das questões que envolvem o estágio. Mesmo assim resolvemos tomá-las como nosso objeto de estudo, considerando que algumas discussões e preocupações precisavam ir além das observações e constatações à luz do senso comum.

Bourdieu, citado por Minayo (1999) se refere a três erros normalmente cometidos pelos pesquisadores. Um deles, Bourdieu denomina “ilusão de transparência”, isto é, o perigo da compreensão espontânea como se o real se mostrasse, nitidamente ao observador. Essa “ilusão” é tanto mais perigosa, quanto mais o pesquisador tenha a pretensão de familiaridade com o objeto. Dada a pertinência da observação ficou mais precisa para nós a necessidade de consolidar o que já estamos acostumadas a ouvir. Isto só seria possível através do processo investigativo, que nos permitisse um conhecimento a partir da realidade dos sujeitos, principalmente os alunos, levando em conta que nossa questão está centrada na priorização do estágio remunerado pelos alunos do curso de Serviço Social da UECE e na repercussão dessa escolha para a formação profissional. Os alunos dedicam-se ao estágio remunerado, muitas vezes com prejuízo para seu rendimento no curso, e nem sempre com o benefício de uma supervisão no campo de estágio.

A produção teórica sobre estágio em Serviço Social costuma abordar os processos de supervisão, avaliação, relação ensino/aprendizagem, entre outros. Nossa abordagem sobre o tema segue outra orientação, ou seja, discutir o estágio remunerado como estratégia dos alunos para ingressar no mercado de trabalho. O interesse em trabalhar essa questão surgiu como decorrência da proximidade com os alunos no setor de estágio.

Outro dado, além dos depoimentos dos alunos quanto ao interesse pela bolsa, foram os resultados da pesquisa realizada pela UECE, que apresenta o perfil sócio-econômico dos alunos de graduação. No cenário da pesquisa ficou demonstrado o baixo nível econômico dos alunos do Curso Serviço Social. Os dados nos permitem supor também que a prioridade pelo estágio remunerado é motivada por questões econômicas e financeiras, agravadas pelo crescimento do desemprego, sendo os jovens uma das categorias que mais vêm sentindo o reflexo da crise. Na luta pelo primeiro emprego, a falta de experiência e as exigências de qualificação além da formação acadêmica são sempre colocadas como um agravante.

O processo de reestruturação produtiva que altera as relações no mundo do trabalho, no entanto, vem criando para o jovem universitário, oportunidades no mercado de trabalho, através das instituições públicas e privadas que contratam seus serviços sob a forma de estágio remunerado, o que lhes permite a ilusão de não estar desempregado. Trata-se, de um trabalho temporário, precarizado e que vem sendo utilizado de forma crescente pelo que representa. Mão-de-obra em qualificação, disponível e acima de tudo barata, pois o contrato de trabalho não lhes confere direitos trabalhistas e previdenciários.

Neste contexto, nos apropriamos de um quadro teórico que nos permitisse fundamentar as questões empíricas a serem trabalhadas. Os autores mais citados foram Gilberto Dupas, Vanilda Paiva, Ricardo Antunes, para a discussão sobre as implicações do mundo do trabalho enfatizando a questão do desemprego. Marilda lamamoto foi a fonte principal na discussão sobre os limites e possibilidades do Serviço Social. Com relação ao estágio, nos fundamentamos em Marta Buriolla, Maria Dulce Silva.

Diante da questão central do trabalho definimos sujeitos da pesquisa: alunos do 6º, 7º, e 8º semestres do Curso de Serviço Social e que estivessem estagiando no período 2002.2; assistentes sociais, supervisores da prática e profissionais da área de Recursos Humanos, responsáveis pelo processo de recrutamento e seleção, totalizando um universo de 18 pessoas sendo:

- 3 profissionais da área de Recursos Humanos - dois de Instituição Pública e uma de Empresa Privada;
- 6 assistentes sociais, supervisoras da prática de diferentes áreas - Saúde, Criança e Adolescente, Justiça, ONG, Filantrópica e Empresa;
- 9 alunos, sendo 3 do período de estágio extracurricular e 6 do período de estágio curricular.

A amostra foi intencional, levando em conta a pesquisa ser de natureza qualitativa e sendo qualitativa o nosso interesse era trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. (MINAYO, 1999)

Martinelli (1999) diz que essa pesquisa tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado e é exatamente o

que buscamos neste trabalho, conhecer o ponto de vista dos sujeitos envolvidos com as várias questões que permeiam o universo do estágio.

O caminho metodológico percorrido iniciou-se com as pesquisas bibliográficas e documentais.

O trabalho de campo aconteceu no período de novembro de 2002 a janeiro de 2003 e foi precedido de um contato anterior com os entrevistados externos à Universidade. Quanto aos alunos a sondagem inicial se deu em sala de aula, onde explicamos o objetivo do nosso trabalho. Os alunos entrevistados se apresentaram espontaneamente e foram entrevistados na Universidade Estadual do Ceará.

A entrevista dos profissionais externos foi realizada no seu local de trabalho, com horário previamente agendado. Para preservar a identidade dos entrevistados usamos nomes fictícios.

Quanto ao instrumental, foi utilizada a entrevista semi-estruturada, com roteiro contendo questões abertas, que nos permitissem apreender o ponto de vista dos sujeitos. Para cada tipo de sujeito foi elaborado um roteiro dada a sua especificidade, mesmo para os alunos, visto que para os do período extracurricular algumas questões tinham que ser diferenciadas.

O trabalho de campo aconteceu sem transtornos e contamos com o apoio e colaboração de todos os entrevistados o que nos permitiu uma riqueza de detalhes nas informações.

Além do trabalho de campo lançamos mão dos dados de pesquisas realizadas pelo CRESS, e pela Universidade Estadual do Ceará, bem como do cadastro dos alunos no setor de estágio.

Quanto à estrutura, o trabalho está dividido em três capítulos, buscando manter uma articulação entre as partes de forma a não prejudicar o todo.

No primeiro capítulo fazemos uma contextualização da realidade brasileira, com ênfase na questão da precarização do trabalho, e da crise do desemprego que afeta com mais intensidade alguns segmentos da sociedade dentre eles os jovens.

Neste contexto trabalhamos os desafios e as possibilidades que se colocam para os assistentes sociais, frente às mudanças do mundo do trabalho e que exigem um perfil de profissional voltado para ações que vão além do tradicional, ou seja, habilitado a participar junto a conselhos, assessorias, entre outras.

No segundo capítulo abrimos uma discussão teórica sobre formação profissional e estágio, destacando alguns conceitos de estágio, bem como mostramos os instrumentos legais de proteção ao estagiário, decretos e leis que tentam assegurar a prática do estágio como momento de aprendizagem. Apresentamos, ainda dados históricos da criação do Curso de Serviço Social, uma idéia da formação profissional do Ceará, bem como resultados de uma pesquisa realizada pela Universidade Estadual do Ceará que traça um perfil dos alunos da graduação, onde particularizamos os alunos do Curso de Serviço Social, finalizando com a representação das demandas de estágio no período 2002.

No terceiro e último capítulo há todo um esforço de trazer para a prática através dos depoimentos dos sujeitos entrevistados as questões teóricas que fundamentam este trabalho. É o resultado da investigação junto aos alunos, assistentes sociais e profissionais da área de Recursos Humanos.

CAPÍTULO 1 CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE BRASILEIRA

1.1 As implicações do “novo mundo do trabalho” na questão do desemprego

A questão do desemprego, cuja discussão vem sendo objeto de pesquisas e trabalhos por parte de pesquisadores e estudiosos, é também objeto das nossas discussões levando em conta o objetivo do nosso trabalho, qual seja discutir a prática de estágio e a prioridade da bolsa trabalho na escolha dos campos de estágio encarada muitas vezes pelos alunos como uma forma de não se sentir desempregado.

Nesse contexto é que percebemos a necessidade de contextualizar a realidade brasileira fazendo um recorte no que diz respeito ao desemprego a partir da contribuição de alguns autores.

Iniciamos utilizando dados fornecidos por Dupas (1999) nos quais, o autor aborda os dilemas e as alternativas com que se confrontam o Brasil e o mundo, na antevéspera do novo milênio. Segundo Dupas (1999) é evidente que o aumento do desemprego nos países centrais durante as décadas de 70 e 80, dobrando seu patamar, teve forte inter-relação com a crise econômica mundial.

A pesquisa realizada por ele envolvendo vários países centrais (Estados Unidos, Alemanha, França, Japão, Reino – Unido e Itália), e alguns grandes países latino-americanos, entre eles o Brasil, vai mostrar que as crescentes taxas de desemprego aumentam na medida em que avançou o processo da globalização, o que deixa evidente uma tendência estrutural. Outro aspecto diz respeito à correlação entre crescimento econômico e geração de emprego. A pesquisa confirma que o único caminho garantido para minorar o aumento do desemprego ainda é o

crescimento econômico. O período de análise da pesquisa variou em função da disponibilidade de dados, mas, em geral, cobriu toda a década de 1980 e estimativas (em alguns casos) até 1999.

No caso específico do Brasil, o autor contextualiza alguns momentos que marcaram as décadas de 70, 80, e 90. Em 1970 a enorme elevação da dívida interna, decorrente da emissão de títulos públicos, sua pressão sobre a base monetária e os altos juros alimentaram a inflação. Por conta da forte instabilidade econômica e das mudanças acentuadas de paradigma na economia brasileira a partir dos anos 80, em vários momentos, os ajustes no mercado de trabalho e a conseqüente correlação entre crescimento econômico e diminuição do desemprego se deram de forma atípica.

A partir de 1980, a dificuldade de crédito externo e a crise mexicana em 1982 forçaram a primeira onda de ajustes estruturais na economia brasileira. Foi um momento de forte recessão, com o Produto Interno Bruto (PIB) caindo 3%. O desemprego bateu então um recorde, com 8% (pelo IBGE), só voltando a ser igualado no segundo semestre de 1998.

Após esse período de forte contração, o desempenho exportador levou a uma relativa recuperação do PIB. O desemprego caiu drasticamente para o patamar de 4%, no qual permaneceu até 1990. Até essa época, a indústria local ainda se modernizava defensivamente e os cortes de mão-de-obra eram cautelosos, na esperança de uma rápida recuperação. São desse período as várias tentativas dramáticas de estabilização: os planos Cruzado, Bresser e Verão.

A segunda onda de ajustes estruturais aconteceu a partir de 1990, com o Plano Collor, que levou o desemprego a novo patamar de 6%. Durante um curto

período o PIB recuperou-se, mas a partir de 1994 sua taxa de crescimento entra em declínio, acentuando o desemprego.

Esse período segundo Dupas (1999) é marcado por fortes alterações que aconteceram na dinâmica da população brasileira, em geral na direção de uma imensa urbanização, decorrente das mudanças do padrão tecnológico no campo, das migrações, e da dinâmica populacional, dando origem aos cinturões de pobreza urbanos - especialmente metropolitanos - formando um imenso estoque de reserva de mão-de-obra não qualificada, mal acomodada no subemprego. A face da pobreza, no Brasil, passou a ser predominantemente metropolitana. Até 1990, o emprego na indústria, serviços e construção civil, cresceram em torno de 20%, com destaque para a construção civil (28%). A partir de 1990, os empregos industriais desabam (-38%), a construção civil perde 5% e só nos serviços o número cresce um pouco. Em resumo, nos sete anos que se seguiram à abertura do governo Collor (1991 - 1998), o Brasil metropolitano perdeu 4% dos seus empregos, quando havia ganhado 20% nos cinco anos anteriores. No total do período, a grande alteração foi a dramática queda de empregos industriais e o forte crescimento de postos de trabalho nos serviços, setor em que o informal é mais típico. Em síntese, a evolução da distribuição das pessoas empregadas nas metrópoles sofreu nesse período importante transformação com o salto nos serviços e a queda na indústria, evidenciando a explosão do trabalho informal ou flexível. O setor de serviços, apontado na segunda metade do século XX, como a grande esperança de geração de empregos foi, no entanto, uma profunda decepção neste aspecto, visto que esse setor foi mais sensível do que o próprio setor industrial às novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra na área de informática, automação e teleprocessamento. É certo que estas novas tecnologias também criam e abrem

novas possibilidades de emprego. No entanto, as qualificações requeridas para estes novos postos de trabalho têm pouca relação com as habilitações acumuladas pelos trabalhadores, que terão os seus postos de trabalho destruídos, o que altera o equilíbrio de forças entre diferentes tipos de trabalhadores.

A lógica da globalização e do fracionamento das cadeias produtivas, muito oportunas para a vitalidade do capitalismo contemporâneo, incorporou os bolsões de trabalho barato mundiais sem necessariamente elevar-lhes a renda. Os postos formais crescem menos rapidamente que os investimentos diretos, E se como foi visto, surgem oportunidades bem remuneradas no trabalho flexível, o setor informal também acumula o trabalho muito precário e a miséria (DUPAS, 1999, p. 169).

Os dados apontados por Dupas (1999:128) revelam que no período (1986 – 1990), o número de empregos com carteira assinada passa de um crescimento de 23% para uma queda de 27% (1991 -1998), ou seja, (diminuiu o número de pessoas com carteira assinada). Por outro lado os trabalhadores sem carteira vão de um modesto crescimento de 5% (1986 -1990) para um salto de 30% (1991 – 1998). Este movimento significou, nos últimos sete anos, uma perda de 2,1 milhões de postos de trabalho no setor formal e um ganho de 1,6 milhões de postos no setor informal, sendo que o informal por conta própria, teve nível recorde de crescimento nos períodos citados, chegando a representar cerca de 54% da mão-de-obra metropolitana brasileira em 1998. O autor ressalta a alteração que acontece no espaço de apenas uma década, já que é a partir da década de 90, que se altera a ocupação predominante do mercado de trabalho, que deixa de ser formal e passa a ser flexível.

A flexibilidade conseguida pelo atual modelo racionaliza o uso do capital, colocando-o onde as melhores condições do mercado apontam. É cada vez menor a simetria entre a flexibilidade das condições de produção e as exigências de

sobrevivência dos trabalhadores. Pode-se produzir mais ou menos, aqui ou ali, pois a programação da produção por meio da informática e a transmissão de dados em tempo real o permitem. Mas, o trabalhador vive a instabilidade de estar, ora dentro, ora fora do mercado de trabalho.

Tal flexibilização, segundo Dupas (1999) atinge também funções especializadas no topo das cadeias produtivas globais, especialmente em corporações europeias, com a dispensa de profissionais qualificados e sua “recontratação” como consultores autônomos.

Para além da questão do desemprego em si, o autor chama atenção para a necessidade de análise quanto à qualidade do trabalho, em termos de nível e estabilidade da renda auferida e dos esquemas de proteção social, frente ao brutal crescimento do setor informal.

O autor levanta alguns elementos fundamentais que atestam a flexibilização do trabalho, que vem sendo acompanhada de contínua precarização, de uma forte sensação de insegurança, quanto ao futuro do seu emprego e uma percepção de exclusão social crescente, à medida que os trabalhadores perdem suas funções no setor formal e mergulham no setor informal. O mesmo acontece com trabalhadores por conta própria.¹

Outra questão, apontada por Dupas (1999) como medida de precarização do emprego, diz respeito ao crescimento do número de pessoas que só conseguem trabalho em jornadas muito curtas (subjornadas). No entanto, diz o autor, a tentativa

¹ Geralmente denomina-se de trabalho autônomo, conta própria, serviço, venda de mercadoria, empresa (pequena ou micro, formas pelas quais se transfere ao patrão a tarefa de explorar a si mesmo e/ou a outros trabalhadores, que juntos, produzem sob o comando de capital industrial, a quem caberá usufruir da mais valia por eles gerada (TAVARES, 2002)

de determinar no caso do Brasil, as evidências de precarização por conta do crescimento do trabalho em subjornadas, esbarra em grande carência de informações. Mesmo assim é possível afirmar que, ao contrário do que se poderia supor, a responsabilidade por esse crescimento parece ser basicamente por conta das subjornadas dos trabalhadores com carteira, enquanto os trabalhadores sem carteira permanecem em patamares sempre inferiores e inalterados.

Resumindo, diz o autor, todos esses fenômenos que fazem parte da mudança do paradigma do emprego no Brasil nos anos 90, acarretam importantes conseqüências sociais, marcadas principalmente pelo ponto já citado, a sensação de desamparo, de desproteção, daí porque a referência no imaginário social continuará a ser, durante muito tempo, estar empregado no setor formal, com as garantias a ele associadas de direitos trabalhistas e previdenciários.

As expressões do trabalho informal, decorrentes da flexibilidade do atual modelo de acumulação são também discutidas por Tavares (2002), quando se manifesta sobre a centralidade do trabalho produtivo no capitalismo contemporâneo.

Enfatiza a autora o deslocamento dos postos de trabalho para a informalidade, ao mesmo tempo em que questiona as formulações teóricas que associam o fim do emprego ao cancelamento da contradição capital/trabalho, pois a prática demonstra que o uso clandestino da força de trabalho, não elimina o regime de assalariamento, não transforma a compra/venda de força de trabalho numa mera troca de equivalentes, nem elimina a exploração da mais valia, fim último da produção capitalista.

E prosseguindo, afirma:

Certamente, o emprego com suas tradicionais características é cada vez mais substituído pelo trabalho por conta própria ou por quaisquer outras formas que assumem um caráter de suposta autonomia, mas isto não significa que, hoje, a relação entre trabalhadores e capitalistas comece e termine na esfera da circulação de mercadorias. Embora transfiguradas, a subordinação e a exploração não só continuam presentes, como têm sido intensificadas, sendo responsáveis pela precarização do trabalho e pelo aprofundamento das desigualdades sociais (TAVARES, 2002, p.101).

A autora chama atenção para o fato de que a transformação nos processos de produção e o deslocamento da força de trabalho não eliminam a jornada de trabalho combinada,² o que equivale a dizer que a cooperação permanece como forma básica do modo de produção capitalista, com o que também se confirma o trabalho coletivo, embora tenham se modificado as condições que os consubstanciam na sociedade contemporânea. Os processos de produção atuais tornam possível a cooperação sem que necessariamente, os trabalhadores estejam juntos e com a compra direta da força de trabalho.

A flexibilidade promove essa forma de cooperação que é determinante hoje, tanto na administração dos processos de trabalho como na maquinaria que não se constitui mais num sistema de articulação fechado, adequando-se é óbvio, ao atual modelo de acumulação, que mantém as atividades nucleares na esfera da mais valia relativa, para serem executadas, na sua maior parte em regime de mais valia absoluta. Assim, torna-se possível a execução de um produto cujas partes podem ser resultantes de uma série de jornadas combinadas de trabalhadores, em pequenos

² Entende-se como jornada de trabalho, aquela em que a cooperação permanece como forma básica de produção, sem que necessariamente os trabalhadores estejam juntos e sem que haja a compra direta da força de trabalho (TAVARES, 2002)

grupos ou individualmente, espalhados por diversos lugares, com o que trabalhos aos quais se atribui autonomia constituem o “departamento externo da fábrica”.

Nesse contexto se enquadram o trabalho domiciliar e outras formas contemporâneas de trabalho suscitadas pela flexibilidade. Trata-se sem dúvida de uma forma dissimulada de exploração, já que, dado o caráter informal da atividade, a relação capital-trabalho não é discutida.

Como exemplo dessa situação citamos o relato de Mota (2002) sobre sua experiência com “catadores de lixo” na cidade de Recife. A “catação de lixo”, diz a autora, afigura-se como parte de um processo coletivo e combinado de trabalho que começa na rua e continua na fábrica de reciclagem. Transformados em produtores de mercadorias, os catadores de lixo materializam uma das novas personas do trabalho reestruturado: estão integrados ao circuito mercantil e produtivo, mas apartados das condições sociais que lhes assegurem os meios de proteção legais e institucionais relacionados ao seu estatuto de trabalhador.

Considerados como autônomos ou trabalhadores por conta própria, estes trabalhadores da rua cumprem papel decisivo no processo produtivo da indústria de reciclagem, visto que são fornecedores de trabalho, participam do processo de trabalho que produz a matéria prima daquelas indústrias, mas a compra e venda de sua força de trabalho ficam encobertas na forma de compra e venda de mercadorias. Dessa forma o trabalhador da rua é duplamente explorado; de um lado pela empresa de reciclagem e de outro pelo Estado, considerando o fato de que a atividade do catador de lixo, também se transforma num serviço relacionado à limpeza urbana de grande interesse para as instituições públicas. Assim sendo, todo esse processo é mediado pelas condições sociais presentes. Na realidade e pela

decisiva ação do Estado. Assim, duas dimensões do mesmo movimento levadas a efeito pelo mercado e pelo agenciamento do Estado, permitem tanto o surgimento de uma atividade ocupacional, típica dos países que possuem populações miseráveis, como a dos catadores de lixo reciclável, como uma outra atividade, de natureza comercial, a dos aparistas, que intermediam a compra e venda do material coletado na rua.

A participação do Estado, traduzida num conjunto de frentes de intervenção revela a sua dinâmica contraditória: ao tempo em que assume funções de regulador das condições de utilização do meio ambiente, incorporando parte das reivindicações dos movimentos ambientalistas e criando novas exigências para as empresas industriais, também assume como sua, parte das iniciativas encontradas pelas empresas para “capitalizar” as situações limitadoras da sua produção de mercadoria.

Ao viabilizar direta ou indiretamente o processo de transformação do lixo em mercadoria, as empresas públicas se apropriam não da mercadoria reciclada, mas do trabalho do catador de lixo que se torna partícipe do processo de coleta do lixo urbano.

Mas, o “fetichismo” do Estado somente se revela quando argumenta que esta iniciativa inclui-se na esfera da ação social, constituindo-se numa política social voltada para a estimulação do emprego e da renda das famílias pauperizadas, como é o caso dos que vivem da “catação do lixo”. Neste caso particular, também as medidas de política social, aparentemente desvinculadas das políticas industriais e inscritas na esfera pública não mercantil, queiramos ou não, estão submetidas às necessidades do capital.

Neto (1998) cita um exemplo do estado do Ceará, no início da década de noventa. Fala da instalação de um complexo industrial têxtil vindo de Taiwan: a

Yamacon na cidade de Baturité, uma região estagnada e sem nenhuma tradição industrial. Baseado em um regime de galpões cooperativados, a exploração da força de trabalho predominantemente feminina revela um retorno às condições de trabalho dos primórdios da Revolução Industrial. Submetidas a pesados contratos financeiros para a compra de máquinas da própria Yamacon, as operárias pagam seu débito com a produção por peça para a mesma empresa. Com praticamente nenhum capital fixo, que é bancado pelas trabalhadoras, sem encargos trabalhistas evitados pelo disfarce da “cooperativa”, com controle absoluto sobre a produção, a Yamacon tornou-se proprietária de uma força de trabalho obediente e cativa. Esse exemplo, segundo Neto (1998) ilustra que a relação entre o desemprego e a fragilização das relações de trabalho se manifesta de formas diversas de acordo com a distribuição espacial da indústria e as condições da luta de classes. Esse argumento se deve ao fato de que o lugar onde a classe trabalhadora tem menor poder de fogo ali se instala o novo capital sob as mais variadas formas de “tecnologias”, com objetivos voltados para a superexploração do trabalho. Na escolha do terreno, para instalação dos projetos, longe de prevalecer o aspecto geográfico o que conta é o maior ou menor grau de maturidade da luta de classe.

No contexto em que são alterados as relações do indivíduo com o trabalho, Sansaulieu (2001) chama atenção para um aspecto que reputo importante daí porque o incluo neste trabalho. Refere-se à repercussão dessas transformações e que envolvem o significado do trabalho para os indivíduos. Ele afirma:

Com a dinâmica das organizações em pleno crescimento, afirmava-se progressivamente a idéia de que pelo trabalho os indivíduos buscavam outra coisa além do sucesso econômico conversível em bens materiais para se tornar este homem unidimensionável na sociedade de consumo, tão violentamente criticada por Marcuse,

inspirador dos acontecimentos de maio de 1968. Ser identificado por suas obras, seu meio, seu percurso, sua resistência torna-se um objetivo primordial da experiência do trabalho assimilada não somente a um meio técnico e econômico, mas vivida mais profundamente pelos indivíduos como uma verdadeira fonte de socialização, de constituição do sujeito individual em ator social de uma coletividade: a da organização produtiva, e não mais apenas a da ação política com fins revolucionários (SANSALIEU, 2001, p. 60).

Em 1982, Claus Offe lançou a idéia de que o trabalho já não desempenhava um papel central na vida dos homens. Quase 20 anos depois ainda estamos discutindo esta tese ante todas as evidências de que as transformações a que estamos assistindo e que se aceleram a olhos vistos já não permitem, como no passado, a produção de identidades fundamentalmente a partir da esfera do trabalho. Isto não significa que o trabalho perdeu a sua importância para os indivíduos, mas implica que a estruturação da produção e das relações econômicas age de outra forma sobre os indivíduos, modificando o peso do trabalho na produção de identidades e tornando possível (e necessário) a impressão de novos conteúdos, nova forma e nova cultura do trabalho.

Nestas circunstâncias:

Na medida em que o trabalho assalariado entra em crise, também entra em crise toda a estabilidade e linearidade que lhe está sendo associada. Na medida em que o trabalho se desloca de locais que antes o centralizavam e ao descentralizar-se invade os lares, ele interfere na dinâmica destes e na estruturação das relações familiares, entre gêneros, entre gerações. Se a padronização de salários e carreira se esvai, se as trajetórias ascendentes são substituídas por gangorras profissionais e sociais modifica-se o sentido dos trajetos qualificatórios, bem como a forma de viver o cotidiano e as projeções que podem ser feitas em relação ao futuro. Com isso nem negamos que vivemos uma transição em que

o trabalho assalariado e benefícios conexos ainda é buscado por todas as gerações, nem que uma parcela importante da população se confronta objetivamente – mas, ainda nebulosamente no que concerne às perspectivas de – com a necessidade de encontrar alternativas ao assalariamento e de encontrar satisfação em atividades que não são necessariamente remuneradas (PAIVA, 2001, p.53).

As tendências do mercado de trabalho, apontadas por inúmeros estudiosos, indicam, portanto uma classe trabalhadora polarizada, da qual uma pequena parcela conta com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada, com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população tem trabalhos precários, temporários, subcontratados, etc.

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)socialização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos naturais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “Sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “Embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. “Estamos, pois diante de um momento de vitória do capital sobre o trabalho que coincide com níveis inéditos de acumulação e riqueza social” (PAIVA, 2001, p. 52).

Para Dupas (1999), estudioso das questões que envolvem trabalho, pobreza e as relações entre países que detêm a concentração do poder em diferentes níveis, a categoria trabalho é marcada no contexto do final do Século XX e início do século XXI, por profundas transformações a nível mundial. Ressalta os períodos de crise nos anos 70 e 80, marcados pelo aumento do desemprego,

mediante a introdução de novas tecnologias, em geral poupadoras de trabalho, prejudicando principalmente os empregos dos trabalhadores menos qualificados dos países menos desenvolvidos.

Neste cenário, caracterizado por um tripé que domina o mundo (com os Estados Unidos da América e o seu Nafta, a Alemanha à frente da Europa unificada e o Japão liderando os demais países asiáticos), quanto mais um dos pólos da tríade se fortalece, mais os outros se ressentem e se debilitam. Por isso, a crise freqüentemente muda de centro, ainda que ela esteja presente em vários pontos assumindo mesmo uma dimensão mundial (ANTUNES, 2001, p.38) .

Antunes (2001) acrescenta ainda que no embate cotidiano que empreendem as grandes nações para se expandir pelas partes do mundo que interessam e também para co-administrar as suas situações mais explosivas, em suma, para disputar e ao mesmo tempo gerenciar as crises acabam por acarretar ainda mais destruição e precarização. A América Latina se “integra” à chamada mundialização, destruindo-se socialmente. Na Ásia, a enorme expansão se dá à custa de uma brutal superexploração do trabalho, de que as recentes greves dos trabalhadores da Coréia do Sul, em 1997/98, são firme denúncia. Superexploração que atinge profundamente mulheres e crianças.

Na realidade brasileira, esse quadro assume conotações particulares e mais graves, visto que ao desemprego, resultante das novas tecnologias, somam-se o persistente desemprego estrutural, as relações de trabalho presididas pela violência, a luta pela terra, o trabalho noturno, as relações de trabalho clandestino que passam a adquirir uma certa máscara de modernidade.

Segundo os autores que estudam a questão da pobreza e da exclusão social muitas são as categorias de sobrantes, que por diversos motivos não conseguem se integrar ou reintegrar ao mercado formal de trabalho.

Paiva (2001) cita o ponto de vista de Kern e Schumann que já em 1984, assinalavam que a grande divisão do final do século XX seria entre os incluídos e excluídos do mercado formal de trabalho. Segundo eles, nos anos 90 temos diante de nós elevadas taxas de desemprego (de exclusão do mercado formal de trabalho e, conseqüentemente, dos benefícios sociais associados ao emprego e à contribuição), ao mesmo tempo em que se intensifica o trabalho dos incluídos. Paralelamente assiste-se ao desmonte do Estado como prestador de serviços sociais, bem como da legislação conquistada pelos trabalhadores.

Este é um processo que atinge hoje um número crescente de cidadãos, em todas as idades, sendo que, no momento atinge mais duramente jovens e velhos, além de pessoas de meia idade que não conseguiram adaptar-se às novas condições de trabalho. Tal fato se explica num contexto de reordenamento social das profissões em que assistimos a um processo no qual a qualificação se eleva e se intensifica ao mesmo tempo em que caem os salários e o status profissional se esvai afetando várias categorias dentre elas, assistentes sociais, médicos, professores, diversas especializações da engenharia, etc. Nesse contexto as pessoas buscam cada vez mais alternativas profissionais que passam pela descoberta de nichos de mercado e pelo auto empreendimento ou pelo exercício de profissões liberais fora das estruturas formais existentes como mecanismo de complementação de renda.

1.2. O exercício Profissional do Assistente Social: Desafios e Possibilidades

O contexto social contemporâneo vem consolidando a tendência de um rearranjo na ordem mundial, cujos parâmetros têm sido expressos nas redefinições no mundo do trabalho, enxugamento do Estado e, conseqüentemente, na minimização das políticas sociais. Tais questões têm contribuído para o aumento do desemprego estrutural e das diversas formas de exclusão, reatualizando e complexificando a “questão social”.

As questões sociais por envolverem sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, colocam a prática do assistente social num terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível fugir porque tecem a vida em sociedade. É nesta tensão, entre produção da desigualdade e produção da rebeldia que trabalham os assistentes sociais, daí porque se faz necessário a definição de estratégias para o enfrentamento da questão social, mediante projetos distintos que presidem a estruturação e a implementação das políticas sociais públicas e que vivem em luta no seu interior. Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais com claras implicações nas condições e relações do trabalho do assistente social. Os desafios a serem enfrentados pela profissão, diz Mota (1998) – consideradas as transformações no “mundo do trabalho” – passam inegavelmente, pela configuração do atual mercado de trabalho dos assistentes sociais. E continua a autora: as características do “mercado de trabalho profissional” podem oferecer um conjunto de informações a partir das quais é possível identificar as necessidades sociais que estão subjacentes às demandas profissionais que segundo Mota (1998), não se confundem com as necessidades sociais propriamente ditas e explica: as demandas,

a rigor são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira “teleologia” dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identidade das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que as determinam.

Em conseqüência, as características atuais do mercado de trabalho profissional configuram-se como um rico indicador das tendências da realidade profissional, porém, estão longe de evidenciarem as conexões de natureza política que atravessam as novas exigências a que está submetido o exercício profissional.

Tal observação reafirma o pressuposto de que as profissões se criam a partir de necessidades sociais e se desenvolvem na medida de sua utilidade social, vindo a institucionalizar práticas profissionais reconhecidas socialmente. Assim sendo:

como qualquer profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, a de Serviço Social, para reproduzir-se, também depende da sua utilidade social, isto é, de que seja capaz de responder às necessidades sociais que são a fonte de sua demanda (IAMAMOTO, 1992, p.54-5; 87-91).

O fato de o assistente social ter sua prática historicamente atrelada à implementação das políticas sociais, principalmente as públicas, torna complexa sua inserção no mercado de trabalho, levando em conta a retração do Estado, em suas responsabilidades e ações no campo social manifestando-se na compressão das verbas orçamentárias e no deterioramento da prestação dos serviços sociais públicos. Vem implicando uma transferência, para a sociedade civil, de parcela das iniciativas para o atendimento das seqüelas da questão social, o que gera significativas alterações no mercado profissional. Por um lado, constata-se uma

tendência a refilantropização social, em que grandes corporações econômicas passam a se preocupar e a intervir na questão social dentro de uma perspectiva de filantropia empresarial”. Ainda citando Yamamoto (1992), ela afirma que importa deixar claro que não se trata de um ressurgimento da velha filantropia, do século XIX. O que se presencia é “filantropia do grande capital”, resultante de um amplo processo de privatização dos serviços públicos. Não mais aquelas ações levadas a efeito por “pessoas de boa vontade”, mas uma outra “filantropia”, estabelecida sob novas bases, não mais românticas, mas integradas ao desenvolvimento das forças produtivas. Dotada de alta eficácia, evocando a solidariedade social na parceria entre a sociedade civil e o Estado, é, entretanto incapaz de deter, ou apenas encobrir, o outro produto daquele desenvolvimento, a reprodução ampliada da pauperização, que, no mundo contemporâneo, atinge níveis de barbárie social.

A crítica neoliberal sustenta que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal (Yamamoto, 2001, citando Grassi, et al., 1994). A proposta é reduzir despesas (e, em especial, os gastos sociais), diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos. E o assistente social, que é chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas e serviços sociais públicos.

Nesse contexto, Netto (1992) evoca a necessidade do assistente social superar o papel de executor terminal das políticas sociais, empenhado com atividades burocráticas e rotineiras na relação direta com a população usuária e reduz o desempenho das suas atividades a mero emprego, como se este se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, à realização de um leque de tarefas

as mais diversas, ao cumprimento de atividades pré-estabelecidas. O exercício profissional é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes, passíveis de serem impulsionadas pelo profissional de formas a poder atender: ao mercado que hoje demanda, além de um trabalho na esfera da execução e se proponha à formulação de políticas públicas e gestão.

Os profissionais que defendem uma direção social estratégica para o Serviço Social não podem contentar-se com a sinalização do mercado de trabalho: devem conectá-la à análise das tendências societárias macroscópicas e aos objetivos e valores do projeto social que privilegiam.

Mota complementa:

A principal tarefa posta para o Serviço Social, na atual conjuntura, é a de identificar o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho, que estão subjacentes às exigências de sua refuncionalização. Neste caso, é preciso refazer – teórica e metodologicamente – o caminho entre a demanda e as suas necessidades fundantes, situando-as na sociedade capitalista contemporânea, com toda a sua complexidade (MOTA, 1998, p.26).

Várias esferas da sociedade estão se mobilizando em torno da defesa dos direitos da criança e do adolescente na sociedade brasileira e os assistentes sociais somam-se a outras forças sociais, contribuindo para dar visibilidade pública a essa face da questão social. Como categoria, lida com essas múltiplas expressões das

relações sociais da vida cotidiana, o que permite dispor de um acervo privilegiado de dados e informações sobre as várias formas de manifestação das desigualdades e da exclusão social e sua vivência pelos indivíduos sociais. Essa proximidade empírica e teórico-analítica com a questão social poderá ser canalizada para o estímulo e apoio a pesquisas, assessoria às diferentes esferas de poder – legislativo, judiciário e executivo – denúncias e informações para a mídia, tendo em vista a difusão de notícias e denúncias na defesa dos direitos constitucionais. Tais “trunfos” podem ser utilizados para transformar os espaços de trabalho em espaços efetivamente públicos, a serviço dos interesses da coletividade.

Analisar o impacto dessas mudanças na particularidade do Serviço Social tem sido preocupação no seio da categoria. As transformações que hoje alteram as relações do mundo do trabalho afetam o conjunto da sociedade, atingindo várias categorias de trabalhadores, atingindo também o assistente social.

Os assistentes sociais encontram-se em contato direto e cotidiano com as questões da saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação etc., acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos.

No Brasil, é de maior importância o trabalho que vem sendo realizado pelos assistentes sociais nesse campo, com destaque para a atuação junto aos Conselhos de Saúde, de Assistência Social, bem como nos Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança, responsáveis pela formulação de políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente, para a terceira idade e pessoas portadoras de necessidades especiais. Esse projeto requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para a sua

defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação. E reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso no debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais. Trabalhar neste sentido implica numa releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando as conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as, de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente. É uma provação, no nível da formação profissional no sentido de repensar o trabalho de mobilização e educação popular.

A reforma da previdência é um exemplo de como está sendo enfrentada a questão social na ótica da privatização, em detrimento da universalização dos direitos sociais, assegurada constitucionalmente. O governo pretende “economizar” com a redução dos benefícios daqueles que têm renda de 5 a 10 salários mínimos, transferindo à iniciativa privada uma preciosa fatia do mercado de investimentos do campo de seguros sociais – o quinto maior mercado de previdência privada do mundo – passando o atendimento a ser clivado por critérios de mercantilização. Nessa perspectiva é reservada ao Estado a responsabilidade pelo atendimento dos setores mais pauperizados e excluídos. O primado é a subordinação do atendimento das necessidades à lógica do mercado, atribuindo a este a função de regulação da vida social, o que é o mesmo que contestar a democracia. Ora, se o mercado vigente é oligopolizado e excludente, subordinar a democracia ao mercado é inviabilizar um mínimo de igualdade de oportunidades, que caberia à esfera pública prover. Ora, é exatamente essa esfera pública que está sendo destruída, afetando diretamente as condições de trabalho do Serviço Social, que tem no Estado o seu maior empregador.

Todo esse processo vem repercutindo no mercado de trabalho do assistente social de várias maneiras. Por exemplo, nas empresas, segundo as pesquisas divulgadas nos últimos Encontros dos Pesquisadores em Serviço Social, mantém-se a área de Assistência Social, ao mesmo tempo em que cresce a atuação do Serviço Social na área de recursos humanos, na esfera da assessoria gerencial e na criação dos comportamentos produtivos favoráveis para a força de trabalho, também denominado de “clima social”. Ampliam-se as demandas ao nível da atuação nos Círculos de Controle da Qualidade (CCQs), das equipes interprofissionais, dos programas de qualidade total, todos voltados ao controle de qualidade, ao estímulo de uma maior aproximação da gerência aos trabalhadores do chão da fábrica, valorizando um discurso de chamamento à participação. Verifica-se uma sensível mudança nas formas de pagamento, centrado em premiações e em sistemas meritocráticos de incentivos.

O que tais alterações trazem de novo? O Serviço Social sempre foi chamado pelas empresas para eliminar focos de tensões sociais, criar um comportamento produtivo da força de trabalho, contribuindo para reduzir o absenteísmo, viabilizar benefícios sociais, atuar em relações humanas na esfera do trabalho.

Embora essas demandas fundamentais se mantenham, elas ocorrem hoje sob novas condições sociais e, portanto, com novas mediações. Assim, os chamamentos à participação, o discurso da qualidade, da parceria, da cooperação é acompanhado pelo discurso de valorização do trabalhador. Para assegurar a qualidade do produto é necessária a adesão do trabalhador às metas empresariais da produtividade, da competitividade.

Como diz Antunes (2001), a indústria do toytismo busca capturar o corpo e a alma do trabalhador, não sendo necessária uma coerção externa do tipo taylorista, assentada no controle dos tempos e movimentos do trabalhador. Atualmente é o próprio trabalhador quem mobiliza sua adesão ao processo, criando um clima favorável ao discurso da “participação” e da “qualidade” muitas vezes re-traduzido como “qualidade de vida”. Mas esta retórica convive com a redução dos postos de trabalho com a queda dos níveis de emprego, com a perda dos direitos sociais, com a diferenciação de contrato de trabalho de pessoas empregadas em uma mesma empresa. Por um lado, os trabalhadores da “empresa mãe”, dotados de relativa estabilidade no emprego por meio de contratos que asseguram direitos sociais e trabalhistas; por outro, o trabalhador terceirizado, vinculado a empresas contratadas, que não dispõem dos mesmos direitos, ainda que freqüentemente exercendo as mesmas funções.

O processo de descentralização das políticas públicas com ênfase na sua municipalização requer dos assistentes sociais novas funções e competências, dentre as quais atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, assim como do planejamento e gestão, inscritos em equipes multiprofissionais. Os assistentes sociais ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, a elaboração de planos de Assistência Social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos. Aos assistentes sociais faz-se necessário não só assumir, mas também, extrapolar os espaços oficiais dos Conselhos.

Um campo de ação que hoje absorve uma fatia do mercado profissional encontra-se constituída pelas Organizações não-Governamentais (ONGs) um amplo

e diversificado campo que necessita ser melhor qualificado, no sentido de estabelecer uma distinção mais rigorosa entre o público e o privado.

Tais inserções são acompanhadas naturalmente de novas exigências de qualificação, tais como o domínio de conhecimentos para realizar diagnósticos sócio-econômicos de municípios, para a leitura e análise dos orçamentos públicos identificando recursos disponíveis para projetar ações; o domínio do processo de planejamento; a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais; a capacidade de negociação, o conhecimento e o know-how na área de recursos humanos e relações no trabalho. A essas se somam outras possibilidades relacionadas com as áreas de consultorias, assessorias, bem como no campo da pesquisa.

Tomando como referências as reflexões feitas por Iamamoto, Mota e Netto, apresentamos alguns dados resultado da pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) em convênio com a Universidade Estadual do Ceará (1998) com objetivo de traçar o perfil dos assistentes sociais frente às exigências do mercado de trabalho nos anos 90, na realidade cearense. Trata-se de uma iniciativa que visa identificar, no contexto do Ceará, quem são, onde se inserem, o que fazem, como fazem (meios e instrumentos), em que tipo de relações trabalhistas se situa e que demandas os assistentes sociais identificam para a profissão contemporaneamente. Pretende a pesquisa delinear, preliminarmente, as tendências que configuram o mercado de trabalho dos assistentes sociais nos anos 90.

Quanto à natureza administrativa das instituições que contratam os assistentes sociais, os dados da pesquisa apontam para a manutenção das instituições públicas como principais empregadoras dos profissionais, confirmando

uma realidade já apontada e que vai refletir naturalmente nos campos de estágio. As ONGs, aparecem em proporções ainda bastante reduzidas embora venham apresentando sinais de crescimento pela procura de estagiários.

Com relação à área de atuação, a pesquisa aponta a alta incidência no setor saúde sendo atribuída tal incidência a certas características que vêm marcando tal área nas últimas décadas, quais sejam: a implementação, ainda que de forma débil, do Sistema Único de Saúde (SUS), que edifica uma nova forma de tratar as determinações sociais do processo saúde/doença, e o incremento dos serviços públicos de saúde, seja nas instituições públicas ou privadas.

A pesquisa apresenta também, um certo declínio percentual em áreas tradicionais, outrora foco de atração dos profissionais, quais sejam: Assistência Social, criança e adolescente. Segundo os autores do relatório, tal fato pode ser atribuído às transformações verificadas no âmbito das políticas sociais nos últimos anos. Ao se relacionar a prevalência do setor público como principal empregador dos assistentes sociais, com possíveis alterações no quadro de profissionais destas instituições nos últimos anos, a pesquisa chega a algumas inferências aparentemente contraditórias com o processo de refuncionalização do Estado, ora em curso no País e particularmente no Ceará.

Indagados se nos últimos cinco anos teria havido diminuição ou aumento no quadro de profissionais na instituição, 40,2% dos assistentes sociais afirmaram ter sido ampliado o número de profissionais, enquanto 29,3% responderam ter diminuído e 30% não conseguiram responder.

A pesquisa em relação ao crescimento do mercado de trabalho apresenta dados que de principio parecem animadores. Os dados dão conta do crescimento

das oportunidades no mercado de trabalho para assistentes sociais, principalmente nos Municípios, como consequência das medidas de descentralização e municipalização das políticas públicas. No entanto, é oportuno ressaltar que todos são admitidos através de contratos precários de prestação de serviços, sem que tenham seus direitos trabalhistas assegurados, deixando bem evidente a precarização que hoje rege os novos contratos de trabalho e que ao mesmo tempo impõem aos profissionais uma série de exigências sobre o repensar sua prática profissional.

Ainda no que diz respeito à natureza da contratação dos profissionais e articulada à questão da renda mensal, um outro elemento importante deve ser analisado para a investigação da tendência esboçada anteriormente, qual seja, a forma de ingresso dos profissionais na instituição. Os resultados apontam que 44,7% afirmou ter ingressado na instituição através de indicação/convite. Já os índices dos que apontaram ter entrado na instituição através de concurso público ou processo seletivo, correspondem respectivamente a 23,2% e 21,1%. No interior, o número dos que adentraram o mercado de trabalho pela via da indicação/convite sobe para 60,0%, enquanto que os ingressos através de concurso público e processo seletivo decresce para 16,7%.

Um dado que merece destaque, embora não traga novidade diz respeito às dificuldades encontradas no cotidiano profissional e já foram citadas por Mota (1998) e Iamamoto (1999), ou seja, ausência de condições objetivas para realização de suas atividades o que reforça a já propalada desresponsabilização do Estado no trato com a questão social, transferindo suas responsabilidades para as Organizações não -governamentais e para a sociedade civil.

Um último aspecto que ressaltamos se refere à preocupação com a qualificação, como reconhecimento da necessidade de responder às mudanças e dilemas presentes no próprio cotidiano dos profissionais.

Sintonizado com essa visão, Netto (1996) lança a preocupação de perceber a “nova competência profissional” para além das determinações do mercado de trabalho. Resgata a necessidade do assistente social saber responder às demandas postas na atualidade, tendo como parâmetro os objetivos e valores do projeto ético-político que a profissão valoriza.

As instâncias de formação universitária são desafiadas no sentido de capacitar os futuros assistentes sociais mediante elementos teóricos e técnicos para a leitura crítica dos orçamentos sociais de modo a viabilizar estratégias voltadas à negociação de recursos para programas e projetos sociais que fortaleçam o projeto ético-político, ora em construção. É de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho e correspondentes expressões culturais dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre as expressões da questão social nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social. Torna-se também uma exigência, formar competências requeridas para captação de recursos junto às fontes de financiamento, bem como no uso de estratégias técnico-políticas no campo da comunicação social – no emprego da linguagem escrita, oral e midiática – para o desencadeamento de ações coletivas que viabilizem propostas proporcionais capazes para além das demandas instituídas.

As exigências que hoje se apresentam aos assistentes sociais fazem parte das preocupações das diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social. Netto

(1996) alerta para a exigência de se pensar o próprio perfil do profissional que se pretende capacitar, um técnico com capacidade para intervir com a máxima eficácia operativa num determinado espaço da ação, ou um intelectual habilitado que, ao operar numa área particular, compreenda o sentido de sua ação no contexto histórico-social.

Fechamos este item com duas afirmativas que consideramos pertinentes, não concluindo, mas evocando para reflexões mais profundas:

O século XXI se encontra exatamente diante do desafio de construir novas e contemporâneas instituições, regras e consenso em torno de questões sociais e políticas que não poderão encontrar respostas capazes de serem lidas pela “chave” das relações de forças sociais derivadas diretamente da esfera produtiva (PAIVA, 1999, p.54).

O momento presente desafia os Assistentes Sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal. (IAMAMOTO, 1999, p. 41)

E neste cenário complexo, o processo de reordenamento, que afeta às profissões, afeta igualmente os que estão em processo de formação.

CAPÍTULO 2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÁGIO

2.1 Abrindo a Discussão

Do ponto de vista genérico, a formação profissional, se apresenta hoje, como “uma resposta estratégica, mas polêmica, aos problemas postos pela globalização econômica pela busca de qualidade e de competitividade, pelas transformações do mundo do trabalho e pelo desemprego estrutural” (PINO, 2001, p.77).

Neste bojo, a questão da formação profissional a partir do que colocam os estudiosos do assunto suscita pontos que conduzem a maiores reflexões.

A formação profissional não pode ser reduzida a uma questão técnica. Segundo Silva (1994), transformação das questões políticas e sociais em questões técnicas são justamente uma das operações centrais do pensamento neoliberal. Assim sendo, segundo ele, os problemas sociais e, por conseguinte, os problemas educacionais “não são tratados como questões políticas, como resultado, e objeto, de lutas em torno da distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos e de poder, mas como questões técnicas, de eficácia/ ineficácia na gerência e administração de recursos humanos e materiais” (SILVA, 1994, p.18).

No âmbito específico do Serviço Social, atualmente, a preocupação com a formação profissional se expressa através do projeto ético político da profissão, bem como na nova proposta de revisão curricular. Uma proposta, segundo Yamamoto (1999) conciliada aos novos tempos, traduzida na necessidade de articular formação profissional e mercado de trabalho. Essa articulação, no entanto, não deve se confundir com a mera adequação da formação às exigências do mercado, numa

perspectiva instrumental, subordinando a formação universitária à dinâmica reguladora do mercado, erigido como fetiche pelo pensamento liberal, reeditado hoje nas versões neoliberais das políticas oficiais de Estado, preconizadas pelos organismos internacionais. A articulação proposta passa por outras considerações: sintonia com o mercado de trabalho, dotado de um distanciamento crítico que lhe permita detectar as demandas, bem como as tendências dominantes do processo de acumulação capitalista e das políticas governamentais impulsionadoras de sua realização; ver o reverso da medalha da crise, identificando como tais contratendências se retratam no mercado profissional de trabalho.

A sintonia da formação profissional com o mercado de trabalho é condição para se preservar a própria sobrevivência do Serviço Social, levando em conta que como qualquer profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, sua reprodução depende de sua utilidade social, isto é, de que seja capaz de responder às necessidades sociais, que são a fonte de sua demanda. Assim sendo, a relação de uso e troca da força de trabalho implica naturalmente na necessidade de:

reformulação de um projeto de formação profissional afinado com o novo perfil da demanda profissional no mercado de trabalho, detectando-o e decifrando-o para que possa se qualificar profissionais que, não só confirmem sua necessidade, mas sejam capazes de responder crítica e criativamente aos desafios postos pelas profundas transformações incidentes nas esferas da produção e do Estado, com profundas repercussões na conformação das classes sociais (IAMAMOTO, 1999, p.17).

O processo de transformação que vem ocorrendo no “mundo do trabalho” altera assim a demanda de qualificação de profissionais de Serviço Social, exigindo a superação de dificuldades que se apresentam à prática profissional. Dentre as

dificuldades ressalta-se a que diz respeito às políticas de estágio, encarado como um dos nós górdios da formação profissional, presente “no precário desenvolvimento de relações acadêmicas entre os centros de formação e as instituições do mercado de trabalho, que oferecem campos de treinamento profissional, na rede de intercâmbios entre Universidades e o meio profissional” (IAMAMOTO, 1999, p.193).

Segundo Pinto (1997) a formação profissional é um processo contínuo e inacabado de autoqualificação, de educação permanente, de construção de saberes mediatizados pela prática social, na qual se insere a prática profissional.

Nesse contexto o estágio entra em discussão considerando sua importância no processo de formação profissional e por se constituir o objeto central da nossa investigação.

De forma geral, o estágio se apresenta como estratégia de profissionalização e deve ocorrer ao longo do curso numa situação real de trabalho, permitindo ao estudante uma acumulação sucessiva de habilidades e capacidades. Pode ser um eficiente instrumento para a formação profissional já que possibilita ao estudante:

- a aplicação prática da teoria apreendida na escola permitindo maior assimilação das matérias curriculares;
- avaliar o acerto da escolha profissional e/ou suprir eventuais deficiências na sua formação acadêmica;
- atenuar o impacto da passagem da vida estudantil para o mundo do trabalho;
- antecipar o desenvolvimento de atitudes/posturas profissionais, com estímulo ao senso crítico e à criatividade. Artigo para entender o estágio – disponível em < [http:// www.ciee-rs.org.br](http://www.ciee-rs.org.br) >.

Kuenzer (2002), apresentando os resultados de uma pesquisa realizada junto a operários de uma empresa no Paraná, comenta a posição dos entrevistados sobre a relação entre o saber teórico e o saber prático e ressalta a aspiração expressa por eles pelo saber teórico oferecido pela escola oficial. Segundo eles, mesmo admitindo as limitações da escola, ela se constitui numa alternativa que permite superar os aspectos de parcialização e fragmentação do saber que elaboram com a prática. Em outro momento afirmam que a escola é vital para o trabalhador e para seus filhos, na medida em que ela se apresenta como uma alternativa concreta e possível de acesso ao saber. Os depoimentos vão bem além, até porque o trabalho da autora está centrado em questões que aprofundam as relações do saber no universo da empresa, a questão pedagógica e muitas outras que não serão exploradas por nós. A referência ao trabalho da autora se deve a dois aspectos que consideramos importantes e que se aproximam da nossa discussão.

O primeiro diz respeito à importância da escola oficial, o ensino formal, principalmente para os pais que, mesmo não tendo nível superior, não medem esforços para que seus filhos concluam o 2º grau, principalmente em escolas particulares, acreditando que as mesmas gozam de credibilidade e facilitarão o ingresso dos filhos na Universidade, principalmente nas Públicas.

Os dados da pesquisa realizada pela Universidade Estadual do Ceará, citada anteriormente, apontam que dos 10.794 questionários preenchidos, representando 76,14% dos alunos o maior percentual de pais no que se refere ao nível de escolaridade dos pais se encontra na categoria “apenas alfabetizado”, sendo de 22,90% para os pais e 25,60% para as mães.

O segundo aspecto está associado à discussão que a autora faz sobre a relação saber teórico, saber/prático. No caso, os operários dispõem do saber prático e aspiram ao saber teórico, já os universitários, particularmente os de Serviço Social esperam a aproximação com a realidade através da prática, logo que ingressam na Universidade, o que leva alguns a buscarem estágio logo nos semestres iniciais.

Por outro lado, as empresas vêm progressivamente substituindo os profissionais por estagiários. O procedimento adotado pelas empresas segue a lógica do mercado que hoje recorre ao trabalho terceirizado, contratos por tempo determinado, contratos por serviços prestados, pelos quais o trabalhador não tem sequer seus direitos trabalhistas assegurados. Trabalhar com estagiários é mais vantajoso para as empresas levando em conta que:

- a inexistência de vínculo empregatício entre o estudante e a empresa, dispensa a obrigatoriedade de pagamento de encargos sociais e outras obrigações trabalhistas;
- o investimento financeiro em programas de estágio é considerado despesa operacional;
- permite ampliar ou renovar quadros funcionais, técnico e administrativo com custos reduzidos;
- é um eficaz sistema de recrutamento e seleção de novos profissionais, facilitando a descoberta de novos talentos que assegurem a formação do quadro qualificado de recursos humanos;

- é um eficiente meio de avaliação profissional, reduzindo o investimento em tempo, salário e treinamento necessários no caso de contratação de recém-formado sem prática profissional;
- proporciona um canal eficiente para acompanhamento de avanços tecnológicos e conceituais difundidos na escola;
- cria e mantém o espírito de renovação permanente, vital para o futuro de cada empresa;
- permite ao empresário cumprir seu papel social, contribuindo para formar novas gerações de profissionais com a rapidez e a qualificação que o país necessita. (Artigo: Para entender o estágio – disponível em <<http://www.ciee-rs.org.br>>).

Como forma de garantir ao estudante a “proteção” e formação prática dos alunos foi criada uma Legislação Federal que normatiza o estágio em geral, destinado aos estudantes de ensino superior e profissionalizante de segundo grau e supletivo. Trata-se da Lei nº 6.494/77 de 7 de dezembro de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 87.497/82 de 18 de agosto 1982.

A Lei no seu artigo 1º, parágrafo 1º diz que “O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação, devendo o estudante, para esse fim estar em condições de estagiar, segundo disposto na regulamentação da presente lei.” E no seu parágrafo 2º “Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares a fim de se constituírem em instrumentos de integração, cultural, científico e de relacionamento humano.

Já o Decreto nº 87.498/82, no seu artigo 2º, considera o estágio curricular como “as atividades de aprendizagem social, profissional, cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho em seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino.” E no seu artigo 3º “O estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, é de competência da Instituição de Ensino a quem cabe a decisão sobre a matéria e dele participam pessoas jurídicas de direito público e privado, oferecendo oportunidades e campos de estágio, outras formas de ajuda e colaborando no processo educativo”.

Além do decreto nº 87.498/82, os Cursos de Serviço Social contam com uma legislação específica a fim de garantir as exigências mínimas para a sua execução no sentido de manter sua qualidade e, conseqüentemente a da prática de estágio.

A primeira lei sobre o ensino do Serviço Social data de 1953. A ela seguiram-se outras, levando em conta a necessidade de acompanhar as mudanças da sociedade. Vale destacar a Resolução do Conselho Federal de Educação de 13 de março de 1970, que regulamenta o currículo mínimo do Curso de Serviço Social e a Resolução nº 273/93 de 13 de março 1993, que aprova o novo Código de Ética Profissional do Assistente Social e a Lei nº 8.662/93, que regulamenta atualmente a profissão.

Todos os documentos citados expressam preocupação com a questão do estágio contemplando-o com artigos específicos envolvendo o compromisso dos campos, a supervisão, a carga horária, os convênios, entre outros. Mesmo assim, a operacionalização do estágio, enquanto momento específico de aprendizagem, vem sendo objeto de inquietações e polêmicas por parte principalmente dos professores e dos órgãos da categoria.

No caso específico dos Cursos de Serviço Social, o estágio existe desde a fundação das primeiras escolas na década de trinta, sendo parte integrante e obrigatória, desempenhando, portanto, um papel decisivo na formação do aluno, possibilitando sua inserção na prática profissional.

Para Silva (1994) o aspecto fundamental do estágio reside no desvelamento do seu significado e no seu eventual redimensionamento no âmbito da formação teórico-prático, apreendida como processo unitário. Concebe ainda o estágio, como uma atividade docente no nível das demais disciplinas integrantes do currículo dos cursos de Serviço Social, apenas com a especificidade de que ele se efetiva em espaços diversificados que transcendem os limites da sala de aula, constituindo-se no momento privilegiado de aproximação do aluno com o exercício profissional, numa relação de aprendizagem. A preocupação com a inserção do aluno no campo de estágio deverá, segundo Silva (1994), estar centrada:

sobretudo no potencial reflexivo e capacidade analítica acerca da ação profissional referida à sua situação de estágio, de modo a desvelar os seus aspectos aparentes e a penetrar para além de sua imediaticidade empírica, vislumbrando uma execução conseqüente sob novos parâmetros de qualidade (SILVA, 1994, p.150).

Pinto (1997), ao relatar sua experiência na Faculdade de Serviço Social de Santos (SP) faz colocações importantes, ressaltando o estágio curricular no Curso de Serviço Social, como o momento em que se oportuniza ao aluno aprender, identificar-se e apropriar-se de sua futura profissão. Como espaço de aprendizagem, o estágio constitui-se em um processo de apreensão da profissão pelo aluno, e que incorpora aspectos cognitivos, culturais e sócio-profissionais de sujeito.

O trabalho de Buriolla (1995), traz uma grande contribuição pela polêmica que suscita. A polêmica gira em torno da questão: o estágio é ou não trabalho e neste sentido os relatos feitos por professores, supervisores, alunos e pela própria autora são bastante controversos. Estágio é considerado trabalho ou é trabalho de qualidade inferior, afirmam uns. Outros asseguram, “o estágio para mim hoje é um emprego”. A referência ao hoje chama atenção para que se perceba a conjuntura em que a prática de estágio se desenvolve, quer no âmbito das instituições públicas, como privadas, levando em conta as transformações nas relações de trabalho e suas novas configurações.

É concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifesta para o estagiário, tendo em vista sua formação. O estágio é o locus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso deve ser planejado gradativa e sistematicamente (BURIOLLA, 1995, p. 13).

Desta forma, o estágio prático é essencial à formação do aluno de Serviço Social, enquanto lhe propicia um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional apoiados na supervisão, enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos.

As restrições postas pelo mercado de trabalho, afetando particularmente os jovens, introduzem no debate acadêmico a discussão que envolve o estágio visto pelos alunos como oportunidade de ingressar no mercado, mesmo que de forma

precária. É que o mercado por razões já apontadas anteriormente vem priorizando os estagiários em detrimento dos profissionais.

Assim sendo, cresce a demanda dos alunos por estágio remunerado, ao mesmo tempo em que crescem as preocupações com a qualidade do estágio. A preocupação procede levando em conta que os alunos são designados pelas empresas para o cumprimento de tarefas para as quais não estão devidamente preparados, e o que é mais grave ocupando a função de assistente social quando na instituição/ empresa não tem nos seus quadros o profissional.

Mesmo contando com instrumentos legais que tentam assegurar “proteção” aos estagiários, tais como a Lei nº 6.494/77 de 7 de dezembro de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 87.497/82 de 18 de agosto de 1982, que regulamenta o estágio em geral, destinado aos estudantes de ensino superior e profissionalizante de segundo grau e supletivo, da legislação específica dos cursos de Serviço Social e com o atual Código de Ética, que se propõe a assegurar o espaço dos profissionais, bem como evitar que o processo de aprendizagem do aluno seja prejudicado, a operacionalização de tais medidas se depara com uma questão real e que inviabiliza a interferência no campo da decisão pessoal dos alunos. O nível de empobrecimento de segmentos da sociedade brasileira, que obriga a que todos os membros da família se lancem o mais cedo possível na luta pelo ingresso no mercado de trabalho.

Conseguir estágio remunerado é, portanto uma prioridade, embora nem todos os bolsistas façam parte dos segmentos menos favorecidos, fato constatado por ocasião dos atendimentos que prestamos na qualidade de Coordenadora do Setor de Estágio. Os alunos internalizam a idéia de que ter um estágio remunerado

é ter um “emprego”. Essa posição é discutida por Buriolla (1995), mediante depoimentos de professores por ela entrevistados e que defendem o ponto de vista de que “o estágio é um emprego inserido no mundo do trabalho, uma vez que o estagiário se situa no contexto institucional, onde existem as normas, as regras, o jogo de forças” “o estagiário tem que entender que está no mundo do trabalho e desta forma ele está aprendendo para ser profissional”, Buriolla (1995), discorda dessas posições e afirma “o fato dos profissionais aceitarem o estágio como trabalho faz com que o mercado use e abuse do estagiário cada vez mais, como mão-de-obra barata. A própria incorporação de que é “emprego” leva este mesmo mercado a contratá-lo para executar as tarefas de um assistente social sem estar preparado para tal”. Manifesta assim sua preocupação com a questão educacional e com a utilização inadequada do estagiário.

Assim como Buriolla, o fato de ser professora da disciplina de Estágio e coordenadora do setor de estágio, o que nos aproxima das questões nos faz partilhar dessas preocupações.

2.2 A Formação Profissional no Ceará

2.2.1 Um Retorno a 1950

O Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará tem como marco da sua história o dia 25 de março de 1950, data oficial de sua implantação, não sendo na época vinculada à Universidade até porque esta aparece anos depois.

Falar da criação do Curso de Serviço Social implica em ter presente o contexto sócio-econômico – político do Ceará na década de 50. Sendo um Estado

pobre, era a economia fundada na agroexportação e no processo de industrialização voltado para o aproveitamento de produtos agrícolas como: algodão, cera de carnaúba oiticica e mamona. Nesta mesma década o governo Federal reconhecendo a crise porque passa não só o Ceará, mas toda a região Nordeste, cria instituições que não só estimulam, mas até financiam o desenvolvimento industrial nordestino, dentre elas estão o Banco do Nordeste (BN) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Um outro aspecto a ser ressaltado converge para a incipiência do movimento operário de pouca ou nenhuma tradição combativa, e que se desenvolvia dentro de um processo incipiente de industrialização regional e a ação dos círculos operários que deveriam dar-lhe sustentação, ao contrário constituíam-se em instrumentos de controle e de tutela da classe operária. As questões sociais eram concebidas como consequências da desunião, incompreensão e do egoísmo das próprias classes entre si. Politicamente, vivia-se um momento de redemocratização, quando se instaura no país o pluripartidarismo. Aqui, no Partido Social Democrático (PSD) ancoraram-se católicos e conservadores; na União Democrática Nacional (UDN) os liberais, além destes, o Partido Social Progressista (PSP) teve destaque entre outros.

Nessa mesma época a Igreja através de sua Doutrina Social implícita nas encíclicas estabelece diretrizes gerais para a compreensão dos problemas humanos – sociais e normas genéricas referentes ao exercício da fé católica, disseminadas pela Ação Católica instrumento ideológico da Igreja. A sua grande preocupação dirigia-se à formação e à educação da juventude, além das futuras lideranças católicas, instituindo colégios, faculdades e universidades.

Neste contexto, algumas interpretações são apresentadas por agentes profissionais (não indicadas na fonte da consulta) sobre os fatores que influenciaram a criação do Curso de Serviço Social no Ceará.

Uma primeira explica que a criação do Curso se deu como resultado da vontade ou da inspiração de alguns dos seus fundadores. Nesse sentido parte-se da negação da existência de condicionamentos históricos, sociais, econômicos, políticos e até ideológicos que favorecem o seu aparecimento e desenvolvimento.

Uma outra interpretação dada diferentemente dessa anterior de institucionalidade pessoal é a que parte do entendimento do surgimento da profissão como resposta às necessidades sociais da classe proletária em situação de pauperização absoluta, e, portanto presa fácil às “ideologias exóticas”, que pregam soluções para essa situação através do socialismo, que apavora a todos os que se vêem na possibilidade de encontrarem seus agentes pela frente, sendo portanto, a profissão necessária, como forma de domesticação disciplinamento do proletariado. Atuando nas situações de carências, solucionadas através de encaminhamentos aos serviços de que necessitam (habitação, saúde, asilos, creches, etc.), tentando dessa forma impedir o assédio dos comunistas e liberais.

A problemática do proletariado é vista no aspecto da falta de moral e da educação, e não com questão de ordem material, advinda da situação da exploração capitalista e da dominação política. Esta é a explicação dada pelos grupos ligados à Ação Católica.

Uma outra interpretação dada para o surgimento da profissão no Ceará, é a de que esta decorre do grande fluxo migratório, iniciado no começo do século, no sentido campo-cidade desencadeando o inchamento das cidades, e um

desordenado processo de urbanização ocasionando a criação de favelas ao redor de Fortaleza (em condições sanitárias precárias), da pauperização crescente dessa classe tendo em vista a não absorção da sua mão-de-obra pelas indústrias que no Estado são em número reduzido, pelo número de mendigos e crianças perambulando pela cidade, pelo número de doentes que procuram os Centros de Saúde, principalmente os portadores de tuberculose, pessoas subnutridas e sem condição de manter a si e seus familiares. Diante desse quadro surge a profissão, para tentar minimizar os efeitos dessa problemática, sem, no entanto voltar-se para o estudo da suas causas, mas no atendimento e tratamento de seus efeitos.

Todas essas explicações parecem convergir para a compreensão de que são os condicionamentos históricos e sociais, que desempenham papel preponderante no surgimento da profissão. Embora, sua existência seja socialmente determinada, necessita algumas vezes de agentes que incorporem para si tal tarefa, como no caso do Serviço Social no Ceará, que contou de princípio com Dom Antonio de Almeida Lustosa, então Arcebispo de Fortaleza. Em 1949, Dom Antonio juntando-se a pessoas de reconhecida intelectualidade e estreita ligação com a Igreja funda a Associação de Educação Familiar e Social de Fortaleza, com o objetivo de obter recursos para a manutenção do Instituto Social de Fortaleza, posteriormente criado. Compunham este Instituto as Escolas de Educação Social e Familiar e de Serviço Social, que receberam inicialmente influências do Instituto Social do Rio de Janeiro, tendo como cooperadoras Mademoiselles Marie Cumenge e Germaine Marsaud.

Sua inauguração oficial aconteceu no dia 25 de março de 1950. Segundo depoimento da Assistente Social Áurea Bessa, uma das fundadoras a escolha da data se deve a dois motivos: como comemoração da Abolição dos Escravos no Ceará e em homenagem à Festa da Anunciação (data muito importante para a Igreja Católica).

A Escola de Serviço Social se instala em prédio pertencente à Arquidiocese, localizada à Avenida Barão de Studart, 1685, no bairro da Aldeota e sua administração fica entregue à Congregação da Sociedade das Filhas do Coração de Maria na pessoa de Mademoiselle Giacinta Pietromarchi, que o dirigiu por três anos.

Nasce assim, a Escola de Serviço Social, com o objetivo de capacitar profissionais, instruídos teoricamente na Doutrina Social da Igreja, para trabalhar a moral, a dignidade e os bons costumes com o contingente desfavorecido pela conduta política instaurada. Esta é a realidade percebida nas demais escolas já existentes no País. Quando a Escola de Serviço Social de Fortaleza foi criada, já existiam no Nordeste a de Pernambuco criada em 1942 e a do Rio Grande do Norte em 1945.

Nessa perspectiva, observou-se que a intrínseca relação do Serviço Social com a Igreja interferiu no crescimento profissional do assistente social, pois, este não tendo um conhecimento satisfatório sobre conjuntura sócio - política, nem tampouco uma prática institucionalizada, restringia-se a aplicação de medidas “assistencialistas”, convenientemente com as determinações estabelecidas ao nível institucional.

A primeira turma conta com 42 alunas, cujo nível de escolaridade se apresenta bastante heterogêneo: 3 possuem curso superior, 20 o curso normal, 5 o curso científico e 14 o ginasial. O corpo discente, segundo depoimento de assistentes sociais formadas nas primeiras turmas, era composto por jovens que faziam parte das atividades apostolares da Ação Católica e, pertencentes aos setores abastados da sociedade, onde uma série de qualidades era exigida, tais como espírito aberto, senso de responsabilidade, compreensão e tolerância, discrição incontestável, devotamento livre de todo espírito egoísta ou mercantil, boa saúde, perfeito equilíbrio moral e uma piedade profunda. Deve ser uma pessoa da

mais íntegra formação moral e mais, desinteressada, modesta, simples, comunicativa, calma, bem humorada, sociável, etc.

A grade curricular na época constava das seguintes disciplinas: Sociologia, Psicologia, Patologia, Higiene, Enfermagem, Puericultura, Elementos de Direito Constitucional e Administrativo, Direito Civil, Moral, Contabilidade, Estatística, Círculos de Estudo e Serviço Social, esta ministrada por uma professora formada pela Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro.

Em 1951, acrescenta-se a esse elenco várias disciplinas desdobradas da Higiene: são elas Higiene Geral, do Trabalho, Escolar Mental, Alimentar e Social, além de Direito Penal e Legislação dos Menores, Direito do Trabalho e Legislação Sindical, Doutrina Social da Igreja, Economia Política, Moral Profissional.

O corpo docente era formado, fundamentalmente por pessoas ligadas a Ação Católica Feminina e União dos Moços Católicos, (constituída por médicos, professores, intelectuais ligados a entidades religiosas), membros do Movimento Integralista e do Jornal O Nordeste, além de padres e religiosas, o que deixa bastante explícito a forte influência da Igreja.

Pelas disciplinas elencadas fica bem visível a predominância de disciplinas relacionadas à Sociologia, Psicologia, Higiene, Enfermagem, Puericultura, Moral, Direito, Patologia Social e Doutrina Social da Igreja, sendo notado a ausência de Filosofia e as disciplinas de Serviço Social. Dessa forma a profissão sofre a influência das posturas positivistas e posteriormente funcionalistas, que impregnam por longo período o Serviço Social.

A partir da compreensão da sociedade como coisa estática e do sistema social em que se desenvolve como algo acabado e insuperável, sua prática se volta para o tratamento das disfuncionalidades que atacam a ordem social perfeita e imutável. Nesse aspecto o assistente social insere-se no campo da patologia social como técnico do tratamento, tornando-se um para-profissional, ou seja, transforma-se o Serviço Social em Serviço para-jurídico, para -médico, etc.

As alterações no direcionamento do Curso, bem como na implantação de novas disciplinas foram alteradas, levando em conta as mudanças na história econômica, política e social do contexto cearense, mas também do Brasil. Na década de 60, as influências católicas, a cada ano, enfraqueciam através das Reformas Curriculares que, excluía as disciplinas de caráter religioso ou mesmo as colocavam em regime optativo. Disciplinas como Filosofia, Antropologia, Economia Política, História do Brasil passaram a compor os currículos da Escola.

A Escola de Serviço Social, de início funcionou como unidade particular de ensino. Em agosto de 1953, o Arcebispo de Fortaleza D. Antonio de Almeida Lustosa, reúne a Associação de Educação Familiar e Social para informar que a “Escola de Serviço Social, do Instituto Social de Fortaleza, vai ser incorporada à Universidade do Ceará, entidade a ser criada na capital”, mostrando as vantagens que advirão à Escola a partir dessa incorporação. Nas atas seguintes já se observa o título “Escola de Serviço Social da Universidade do Ceará”.

Antes de 1953, não são registradas práticas desses profissionais no Ceará. A primeira turma termina o curso em 1953, mas a maior parte dos alunos só recebe o grau de Assistente Social em 1957 e 1958 quando do reconhecimento da Escola pelo MEC, e por ocasião da apresentação e defesa dos Trabalhos de Conclusão de

Curso (TCCs). No Ceará, a demanda por assistentes sociais foi constatada em 1953, no entanto já existiam profissionais atuando no Serviço Social da indústria (SESI), Legião Brasileira de Assistência (LBA), Rede Ferroviária Federal S.A (REFSA), e nos Institutos de Pensões (IAPs).

Com relação ao aprendizado da prática (estágio), já no ano de 1951 se dava nas seguintes instituições:

- Agência de Serviço Social de Família do Bairro da Aldeota;
- Agência de Serviço Social junto à Escola Arquidiocesana do Bairro Brasil Oiticica;
- Posto de Saúde Nossa Senhora do Perpétuo Socorro pertencente ao Arcebispado, no Bairro Brasil Oiticica - Fábrica de Tecidos São José;
- Posto de Puericultura da Legião Brasileira de Assistência no Bairro de Mucuripe
- Círculo Operário no bairro do Mucuripe;
- Atendimento às vítimas da seca no município de Baturité.

No período de 1950 a 1960 amplia-se o espaço para estágios conforme quadro apresentado por Silva (1987). Nele já se percebe uma maior concentração no serviço público, com ênfase para a área de saúde, assistência à família e ao menor. O registro de experiências voltadas para a área rural é um dado que chama atenção considerando a carência de professores e as dificuldades com supervisão.

Somente após o seu reconhecimento ocorrido em 4 de julho de 1956, nos termos do Decreto nº 39.511 assinado pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, o

Curso de Serviço Social de Fortaleza veio a agregar-se à Universidade do Ceará, através de acordo firmado por esta, aprovado e homologado pelo Ministério da Educação em 31/ 10/56, Decreto nº 49.229.

Na condição de agregada permaneceu durante longos 18 anos quando foi integrada à Fundação Educacional do Estado do Ceará (FUNECE) que tomou a si as diligências necessárias à sua incorporação, através do Decreto nº 11.233/75 de 10/03 do então Governador César Cals de Oliveira. A integração da Escola de Serviço Social à Universidade Estadual do Ceará acarretou na sua estrutura as seguintes mudanças:

- Transferência do Curso para o Campus do Itaperi;
- Incorporação dos Professores ao quadro funcional do Estado;
- Gratuidade do ensino;
- Ampliação do número de vagas para o vestibular.

2.2.2 Um salto para 1990

Com a incorporação à Fundação Universidade Estadual do Ceará, a partir de 1975, o Curso de Serviço Social passa a integrar o conjunto de cursos do Centro de Estudos Sociais Aplicados e seu quadro diretivo é eleito dentro dos critérios estabelecidos pela legislação em vigor. Com o Novo Regimento Geral, aprovado em 2002, extinguiu-se a figura do Departamento Acadêmico, sendo na estrutura atual instituído o Colegiado de Curso nos termos do artigo 51 do Estatuto e do artigo 55 como órgão consultivo, deliberativo e coordenativo em matéria de administração de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo constituído:

1. Pelo Coordenador do Curso como presidente com voto de qualidade além do voto comum;
2. Pelo Vice-Coordenador do Curso, como vice-presidente;
3. Todos os professores da área de conhecimento específico de formação do curso, com direito a voz e a voto;
4. Todos os professores das outras áreas de conhecimento, vinculados ao curso, com direito a voz;
5. Um representante do corpo discente, eleito por seus pares, na proporção de 30% da totalidade do Colegiado com direito a voz e voto.

A iniciativa do Curso de Serviço Social da UECE de implementar uma gestão colegiada na sua prática administrativa prende-se, inicialmente a uma cultura presente no cotidiano dos professores e alunos que o integram, vinculada a uma prática profissional calcada na democratização de procedimentos e interlocução permanente com a sociedade.

Um outro fator refere-se ao compromisso com a consecução dos objetivos institucionais por parte da nova Coordenação, a qual entende que a co-responsabilidade no planejamento e tomada de decisões, envolvendo as distintas instâncias-dirigentes, professor, aluno, funcionário – constitui-se num fator fundamental para o êxito de sua gestão.

Ao longo da história o Curso foi conduzido por 12 Coordenadores e conta atualmente com 69 professores, sendo 33 assistentes sociais e 36 provenientes de outros cursos da própria Universidade.

Falar do Curso de Serviço Social de Fortaleza implica ressaltar sua importância não só no cenário acadêmico, mas no contexto da sociedade cearense. Sendo o único em todo o Estado do Ceará, já formou para o mercado de trabalho até 2002.1, 3.278 assistentes sociais, cabendo-lhe a responsabilidade pela expansão do mercado de trabalho para os profissionais de Serviço Social bem como criando oportunidades para o desenvolvimento das práticas de estágio dos alunos, não só nos espaços extra universidade, mas na própria Universidade, como parte das propostas de gestão participativa. Embora na prática o Curso de Serviço Social sempre tenha contado com um setor de estágio, que sob a coordenação de um professor respondia pelo encaminhamento dos alunos às instituições, não existem registros quanto ao seu funcionamento deixando uma lacuna na história.

A partir de 1990, mesmo que de forma não muito sistematizada, o setor de estágio definiu algumas ações que começam a dar maior visibilidade ao setor que conta com a coordenação de um professor, cujo nome é apresentado pelo coordenador do Curso e submetido à aprovação do Colegiado.

Além da ausência de registros, o curso se ressentia da ausência de uma política de estágio, ao nível da Universidade que só veio a ser implantada com a Resolução nº 2.012/97 aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) em 30 de dezembro de 1997, regulamentando sobre a política de estágio curricular na UECE e criando a Comissão Permanente de Estágio Curricular (COPEC), constituída de um presidente, um vice-presidente e membros representantes dos Centros e Unidades do Interior, todos professores e coordenadores da área de estágio, a quem compete definir em linhas gerais as ações, bem como outros aspectos técnicos e pedagógicos. A Resolução formalizou alguns elementos que na prática já funcionavam. Um dos aspectos mais relevantes

diz respeito aos critérios estabelecidos para o credenciamento dos campos de estágio, ressaltando a importância da supervisão e dos direitos dos alunos quanto à carga horária a ser cumprida.

A partir da Resolução, cada curso elaborou as Normas de Estágio, de acordo com suas particularidades, levando em conta que o estágio não se dá da mesma forma em todos os cursos.

A política de estágio do curso de graduação em Serviço Social está estabelecida no conjunto de normas elaboradas, pela comissão de estágio curricular do Curso, datada de 26 de outubro de 1999 conforme a Resolução nº 2.012/97.

De acordo com as normas em vigor:

São considerados campos de estágio as empresas, instituições e entidades públicas e privadas, rurais e urbanas, que ofereçam condições consideradas adequadas ao pleno desenvolvimento da atividade de estágio, credenciadas pela universidade, mediante convênio, na forma da Legislação vigente, ou ainda, os estágios curriculares realizados sob a forma de ação comunitária, desde que haja um técnico de apoio ou um professor supervisor para planejar as atividades com o aluno estagiário.(Normas de Estágio Curricular do Curso de Serviço Social da UECE).

Mesmo com a Resolução muitas questões de ordem prática e acadêmica, continuam exigindo da coordenação de estágio um esforço permanente, no sentido de intensificar ações necessárias para melhor articulação com as instituições, capacitação dos técnicos de apoio, abertura de campos de estágio na própria UECE, entre outros e que já se encontram estabelecidos em um projeto que pretende articular estágio pesquisa e extensão.

Esforços vêm sendo empreendidos no sentido de que se alcance melhores níveis de eficiência no encaminhamento dos problemas que se fazem presentes na questão do estágio. No Curso, as discussões e possíveis providências são tomadas através do comitê de estágio formado pelos professores da disciplina, bem como com o Conselho Regional de Serviço Social. Ao nível da Universidade os encaminhamentos são agilizados pela COPEC, quando ultrapassam os limites dos Centros ou Cursos. É válido aqui ressaltar o trabalho que a COPEC vem desenvolvendo buscando socializar as experiências de estágio curricular entre universidades hoje existentes no Estado do Ceará e que já dispõem de experiências. Registram-se os Encontros Interinstitucionais já realizados sob sua coordenação e que contaram com a participação da Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Faculdade CRISTHUS, bem como as Unidades e Faculdades do interior vinculadas a UECE, cujos resultados constam em relatórios administrados pela COPEC.

Assim sendo, ações são intensificadas pela comissão de estágio do Curso de Serviço Social com objetivo de estabelecer uma maior aproximação com os supervisores da prática, tais como: Seminários Troca de Saberes, Seminários de Prática (experiências dos alunos) visitas às instituições para acompanhamento das atividades dos alunos, bem como convites para participação nas oficinas sobre o processo de revisão curricular de iniciativa da coordenação do curso.

O aproveitamento e criação de programas que possam absorver estagiários e que viabilizem a integração teoria-prática na própria Universidade já podem ser citados, tendo como exemplo o LAB VIDA, coordenado por uma equipe de professores do Curso e com ações voltadas para oficinas, seminários e pesquisas, principalmente, na área de Direitos Humanos.

2.2.3 O Perfil do Aluno do Curso de Serviço Social

Dentre os grupos com dificuldade para ingressar no mercado de trabalho, chamamos atenção para os jovens, particularmente os jovens universitários. Parece absurdo falar de excluídos e citar jovens universitários, considerando que os mesmos fazem parte de uma camada privilegiada pelo fato de terem chegado à Universidade, principalmente à Universidade Pública. A referência é feita levando em conta os resultados da pesquisa realizada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e que apontam o baixo nível sócio-econômico e cultural dos alunos da graduação. Neste contexto ressalta-se a posição não muito confortável dos alunos do Curso de Serviço Social, o que vem a ser utilizado como argumento para a prioridade dada aos campos de estágio que oferecem remuneração e outras vantagens.

A pesquisa realizada em 1998 foi coordenada pela Pró-Reitoria de Planejamento, com o objetivo de traçar um perfil sócio-econômico e cultural dos alunos de graduação da UECE. Responderam ao questionário 10.794 dos 14.176 alunos cadastrados pela Pró-Reitoria de Graduação.

Do total de alunos que responderam ao questionário, 67,91% compõem as categorias C, D, e E, sendo de apenas 4,88% os que fazem parte da categoria A. Estes dados são referentes à situação econômica.³ Outro dado diz respeito aos meios de locomoção. O transporte coletivo se apresenta como o principal meio de transporte, sendo utilizado por 60,60% dos alunos. Quanto ao nível de escolaridade, apenas 13% dos pais e 15% das mães possuem nível superior. A maior

³ O crédito utilizado na pesquisa realizada pela UECE para avaliação socioeconômica dos entrevistados, seguiu a tabela da Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado (ABIPME, Anexo 1).

concentração, no nível de escolaridade, se encontra em apenas alfabetizados, 25,6% para os Pais e 22,9% para as mães.

No caso específico do Serviço Social, dos 809 alunos que responderam ao questionário apenas 3,09% fazem parte da categoria A e 43,26% estão na categoria C. Na faixa etária entre 20 e 25 anos, 58,59% não trabalham e 64,15% moram com os pais, sendo este o principal provedor. Quanto aos meios de locomoção, 77,26% utilizam o transporte coletivo.

Os dados da pesquisa revelam que no geral é baixo o nível socioeconômico dos alunos do Curso de Serviço Social, colocando-o numa posição não muito confortável, entre os cinco de menor poder aquisitivo, dentre os 19 fixados na Capital.

Um dado que chama atenção na pesquisa diz respeito ao esforço dos pais em garantir um estudo de 2º grau que prepare melhor seus filhos para a concorrência do vestibular, principalmente às Universidades Públicas. No caso do Serviço Social 74,41 % dos alunos procedem de escolas particulares.

O interesse revelado evidencia, o significado do “diploma” como forma de acesso ao trabalho e, conseqüentemente, ao sucesso. Ver o filho ingressar na Universidade, principalmente a pública, representa a concretização de um “sonho”.

A preocupação com o acesso a uma “renda mínima, demonstrada pelos alunos logo nos semestres iniciais ao ingressar na Universidade é descobrir possibilidades e, dentre elas, a mais acessível é o estágio, daí porque a busca precoce por estágio remunerado.

As transformações tão evidentes e até cruéis que acontecem hoje no mundo do trabalho, matam muito dos sonhos, quando o diploma por si só já não é garantia de acesso ao mercado formal de trabalho.

Segundo Paiva (2001), “as transformações porque passa o mundo contemporâneo estão a demandar novas e maiores forças psíquicas e virtudes pessoais, necessárias à vida num mundo em que a concorrência se acirrou.” Dessa forma Paiva (1999) reafirma a lógica que transfere do social para o individual a responsabilidade pela inserção profissional dos indivíduos. Quanto às instituições formadoras, que oferecem educação, compete tornar sua clientela empregável adequando seus cursos à demanda e incluindo na formação elementos subjetivos capazes de assegurar maior adesão dos quadros às instituições e seus objetivos. Diz ainda o autor que a contratação do mercado de trabalho aprofunda a subsunção do sistema educacional (e especialmente da educação profissional) aos requisitos do capital.

Para Catani (1996), tais transformações põem em cheque o paradigma da educação como mecanismo de ascensão social e que este colapso se dá por três motivos:

1. Em qualquer sociedade o número de postos de nível superior é limitado, levando em conta ainda, que a procura por profissionais se dá junto a Unidades e Faculdades, consideradas de alto nível;
2. É cada vez maior o número de diplomados de nível superior cujo diferencial de salário em relação aos não escolarizados é muito pequeno ou mesmo negativo. O autor cita como exemplo, a diferença de salário entre professores de 1º e 2º graus em São Paulo e o motorista de ônibus da capital.

3. A automação do processo de trabalho, ainda que efetuada em ritmo mais lento do que nos países do primeiro mundo, faz com que o perfil do emprego altere-se em poucos anos, criando insegurança quanto à permanência no trabalho e o surgimento de um contingente de profissionais bem qualificados, mas que não consegue se reintegrar com facilidade no mercado, em postos compatíveis com sua formação e experiência. Isso tende a se agravar com os períodos de recesso econômico, forçando as empresas a readequarem seus custos, gerando enxugamento nos setores intermediários e procurando melhorar seu desempenho, o que vai acabar incidindo em seu quadro de pessoal.

As reformas implementadas pela nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) reforçam ainda mais a separação entre o ensino regular médio e a formação técnica aprofundando assim, a separação entre a escola e o mundo do trabalho. Frigotto (1998), ao comentar a nova LDB, ressalta o caráter ideológico presente na mesma quando desvia a responsabilidade do social para o plano individual “já não há políticas de emprego e renda dentro de um projeto de desenvolvimento social, mas indivíduos que devem adquirir competências ou habilidades nos campos cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis” (FRIGOTTO, 1998, p.15).

Por essa razão a questão da empregabilidade ganha espaço nas discussões que envolvem a formação profissional e o contexto do mundo do trabalho, visto que se converte num corolário dos conhecimentos, habilidades e esforço individual de adequação.

2.2.4 As Demandas de Estágio

Desde sua institucionalização e legitimação, o Serviço Social em sendo um tipo de especialização do trabalho coletivo, aparece inserido no mercado de trabalho pela mediação de um contrato de compra e venda de sua força de trabalho que vincula as profissões às organizações sociais públicas e privadas (IAMAMOTO e CARVALHO, 1986, p.75-86).

É, portanto no contexto das instituições públicas e privadas que se dá à prática do estágio curricular, respeitando-se o período em que o mesmo inicia.

Pelo relato de experiências de alguns cursos, em diferentes estados, observa-se que o período que marca a entrada do aluno no estágio curricular é bastante variável. Relembrando 1961, quando ingressamos na Escola de Serviço Social já no primeiro ano iniciamos nosso estágio na Comunidade do Pirambu, uma experiência, que contou com o profissionalismo e a competência da Assistente Social Aldacy Barbosa e do vigário da Paróquia Pe. Hélio Campos, além de um conjunto de profissionais que hoje para orgulho do curso ainda se encontram em efetivo exercício, marcou a história do Serviço Social no Estado do Ceará.

No caso específico do Curso de Serviço Social da UECE, atualmente o estágio curricular inicia-se quando o aluno se encontra devidamente matriculado no 7º semestre, na disciplina Estágio Supervisionado I. São dois os períodos, 7º e 8º, correspondendo às disciplinas Estágio Supervisionado em Serviço Social I e Estágio Supervisionado em Serviço Social II.

O procedimento adotado no início de cada semestre passa pelo encaminhamento do Coordenador do Setor de Estágio para os assistentes sociais, supervisores da prática ou para gerência de Recursos Humanos quando há essa

exigência da instituição. A carga horária a ser cumprida é de 360 horas, 180 para cada período, devendo o aluno ao final de cada semestre apresentar à Coordenação de Estágio declaração devidamente assinada pelos assistentes sociais, supervisores da prática.

Segundo levantamento realizado junto ao cadastro dos alunos no setor de estágio, foram feitos no período 2002.2, 104 encaminhamentos às instituições conforme mostram os gráficos a seguir.

O primeiro gráfico, no entanto, apresenta dados referentes ao período de 1953 a 1960, extraídos do documento elaborado por Silva (1987). A utilização dos dados nos permite estabelecer uma comparação não só sob o aspecto quantitativo, mas em relação às áreas com maior concentração de alunos.

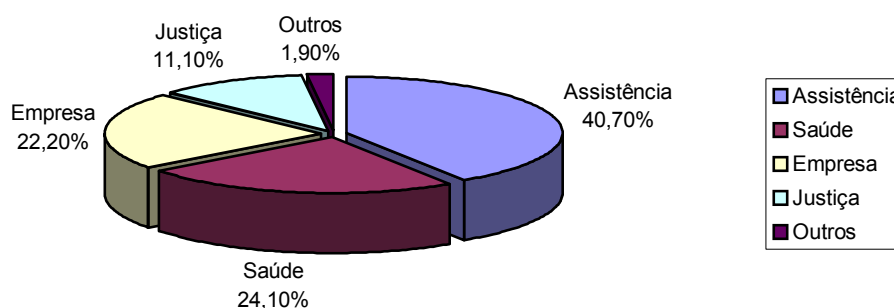


Gráfico 1 Distribuição dos Alunos por Área de Atuação - Escola de Serviços Social de Fortaleza, 1953 – 1960

Fonte: SILVA, Neise Távora. As Relações Sociais e o Serviço Social no Ceará - 1950-1960. Fortaleza, 1987.

O gráfico 1 permite uma leitura do período de 1953 a 1960. Dos 54 alunos matriculados, 40,7% prestavam estágio na área da assistência o que revela coerência com os princípios que norteavam a formação profissional da época, envolvendo o trabalho de cadastro, fichário central de obras sociais, associação das pioneiras sociais, trabalhos em paróquia, albergue e hospedarias para atender

flagelados das secas, assistência ao menor e às famílias através dos centros sociais da LBA e Núcleo de Menores Murilo Borges.

Também fica visível a atuação do assistente social na área de saúde, 24,1% considerando a existência de doenças que, a exemplo da tuberculose exigiam uma ação efetiva do profissional não só junto ao paciente, mas à família que, além do aspecto financeiro carecia de informação e educação imprescindíveis ao tratamento, bem como encaminhar para serviços médicos-hospitalares, entre outros.

A Indústria, com 22,2 % tinha no pólo têxtil um ponto de apoio devido ao aproveitamento de lavouras como o algodão que favorecia o crescimento da indústria têxtil no Ceará, oferecendo, assim, oportunidades para os assistentes sociais.

A Justiça detinha apenas 1,9 % e o trabalho era restrito à Casa de Detenção. Na categoria outros, 11,1 % se enquadravam Entidades Federais, do Comércio, e da área rural.

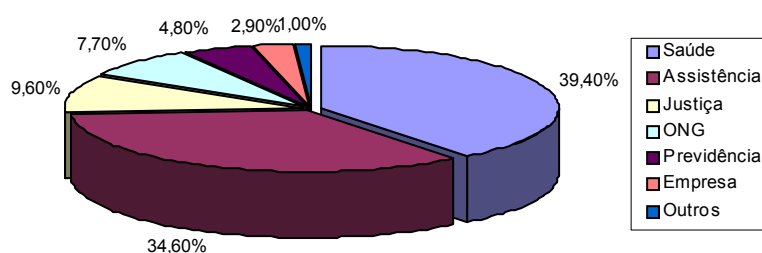


Gráfico 2 Distribuição dos Alunos por Área de Atuação - Curso de Serviço Social da UECE - 2002

Fonte: Cadastro dos Alunos, Setor de Estágio/UECE, 2002.2

O gráfico 2 apresenta a demanda dos alunos no período 2002.2 e, permite a seguinte leitura:

O fato da área da Assistência continuar em 2002 com grande concentração de estagiários, 34,6%, tem a ver com o agravamento das questões sociais presentes

no cotidiano, “não tanto pelo crescimento de desemprego e o surgimento de novas formas de pobreza, mas o desmonte da cidadania social - uma das maiores conquistas democráticas - e o abalo da utopia de construção de uma sociedade livre de incertezas e desamparos sociais” (PEREIRA, Caderno CEAD - Módulo 1)

A área da saúde é, no entanto, a que concentra o maior número de estagiários, representando 39,4 %.

Não precisa esforço para perceber que o gráfico permanece quase inalterado em relação à Assistência. Em 2002, se amplia o número de unidades que se voltam para os grupos de crianças e adolescentes, comunidades carentes, idosos mulheres, tanto na esfera estadual como municipal. Nesse campo, as instituições mais atuantes são ao nível estadual a Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS) e ao nível municipal a Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI). Neste contexto já aparecem as ONGs, que vêm crescendo como campo de estágio, representada por 7,7% de alunos.

Outra área que vem ampliando seu espaço e se consolida como campo de estágio é a Justiça. Pelo fato de que se trata de um campo “novo”, embora já se fizesse referência à área em 1953, restrita a atuação na Casa de Detenção, o atual estágio se reveste de características diferentes. As atividades específicas, envolvendo principalmente pareceres em que procedimentos jurídicos e éticos devem pautar a atuação do estagiário exigem dos professores discussões e sérias reflexões, bem como supervisão e orientação, considerando principalmente o nível de maturidade exigido para decisões tão sérias. Claro que em todas as áreas o compromisso ético é fundamental. O que chama atenção em relação ao judiciário é a falta de aprofundamento para um campo onde procedimentos têm características

bem particulares. Atualmente nessa área temos 9,6% de alunos distribuídos nas unidades: O Fórum Clóvis Beviláqua, o Tribunal de Contas, a Defensoria Pública, os Juizados de Pequenas Causas, Ouvidoria Geral, Juizado da Infância e da Juventude. Recentemente, foi firmado convênio para ingresso de 10 estagiários no sistema penal e nos programas com egressos, que ainda não chegou a ser implantado.

Um dado que preocupa pela sua pouca representatividade está relacionado à área de empresa. Apenas 2,9%. A redução atinge não só estagiários como profissionais como tivemos oportunidade de constatar por ocasião dos contatos mantidos antes da fase da pesquisa. É uma área pela qual os alunos demonstram interesse, sendo mínimas as oportunidades ultimamente oferecidas. Na informalidade, alguns profissionais atribuem à reestruturação que está acontecendo no interior das empresas e à necessidade de redução nos custos. O fato chama atenção quando se divulga que as empresas hoje utilizam em maiores proporções os estagiários.

A área de Previdência, restrita neste período ao Município representa 4,8% do quadro de estagiários. Na categoria outros, 1,0 % está o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com atividades restritas a atividades internas no Órgão.

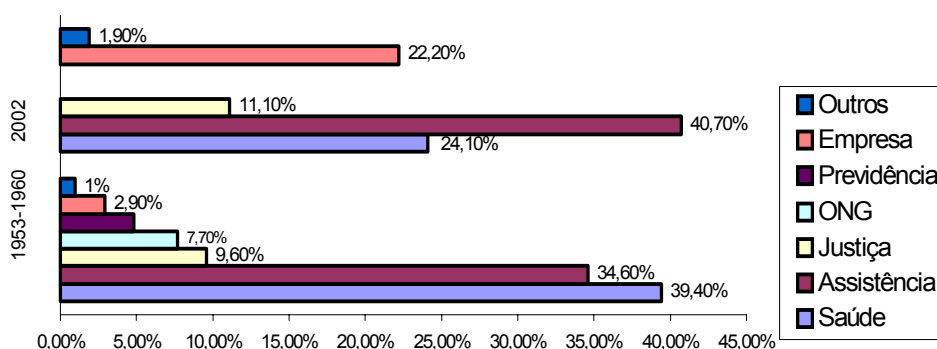


Gráfico 3 Comparativo dos Campos de Estágio Profissional dos Estudantes de Serviço Social - 1953 -1960 e 2002

Fonte: Cadastro dos Alunos, Setor de Estágio/UECE, 2002.2

No gráfico 3, fazemos uma comparação entre os dados de 1953-1960 e 2002, conforme demonstrados nos gráficos 1 e 2.

As áreas de Assistência e Saúde continuam sendo as que concentram o maior número de estagiários. Observa-se apenas uma inversão entre eles, uma vez que a Saúde passou a ter maior procura.

A iniciativa na área rural, no período 1953/1960 não chegou a se consolidar como um campo de estágio em 2002. A experiência neste sentido está restrita ao projeto do Comitê da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste que através do convênio firmado com a UECE, busca desenvolver ações que, beneficiam algumas áreas do interior do estado do Ceará, contando com estagiários e um professor da Universidade que se compromete como supervisor da prática.

Em relação à área de empresa observa-se uma redução em seus quadros. A pesquisa realizada pelo CRESS, já citada anteriormente confirma esta situação.

Percebe-se o crescimento na demanda por parte do Poder Judiciário, que amplia o foco de análise dos alunos, levando em conta principalmente o caráter interdisciplinar na evolução das atividades desenvolvidas e o aparecimento das ONGs.

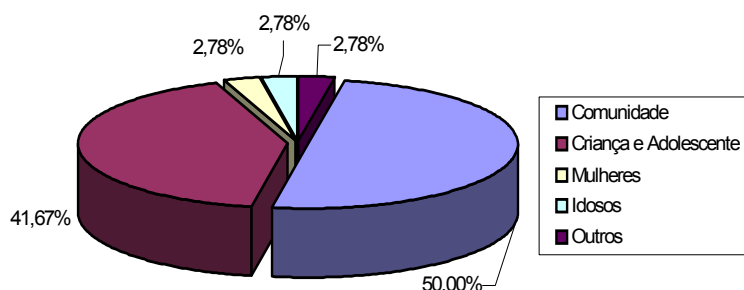


Gráfico 4 Distribuição dos Alunos na Área da Assistência – 2002

Fonte: Cadastro dos Alunos, Setor de Estágio/UECE, 2002.2

O Gráfico 4 detalha a área da Assistência cuja maior concentração na área de comunidade, 50%, inclui os programas desenvolvidos nos Centros Comunitários (administrados pelo Estado), Centros de Cidadania (administrados pelo Município) A diferença é puramente de gerenciamento considerando que as atividades são praticamente as mesmas. Constam, ainda, os Programas Habitacionais, desenvolvidos através da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Na área da Assistência destaca-se o crescimento da demanda ligada à área de criança e adolescente, 41,6%. São 39 Unidades gerenciadas pelo Estado, voltadas para os programas que envolvem uma clientela que vai do berçário na creche Tia Júlia ao Núcleo Dom Aloísio Lorscheider que abriga adolescentes de alta periculosidade.

No item outros, se incluem as ONGs e Instituições Filantrópicas.

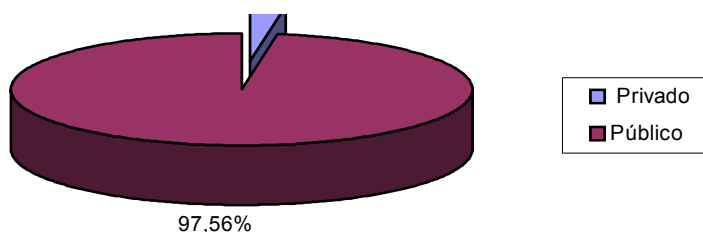


Gráfico 5 Distribuição dos Alunos na Área da Saúde, segundo a Natureza da Instituição – 2002

Fonte: Cadastro dos Alunos, Setor de Estágio/UECE, 2002.2

O gráfico 5 apresenta a demanda dos alunos na área de Saúde, que a exemplo dos resultados apresentado pela pesquisa do CRESS, em relação aos profissionais, concentra expressivo número de estagiários. O crescimento do número de profissionais na área se deve a “certas características que vêm marcando tal área nas últimas décadas, quais sejam as implementações, ainda que de forma débil, do Sistema Único de Saúde, que edifica uma nova forma de tratar as determinações

sociais do processo saúde/doença e o incremento dos serviços públicos de saúde, seja nas instituições públicas ou privadas” (pesquisa CRESS – 1999).

O Gráfico 5 revela que os estagiários em torno de 97,5% estão em hospitais da rede pública e não são remunerados, enquanto apenas 2,44 se encontram na rede privada, com remuneração.

Concluída a leitura e discussão dos gráficos, consideramos pertinente algumas observações.

A demanda por estagiário é crescente. No entanto, em muitas circunstâncias, as instituições que solicitam o estagiário não tem assistente social o que contraria as exigências do Código de Ética Profissional e impede o encaminhamento dos alunos no período curricular.

No entanto, algumas instituições usam de estratégias que lhes permitem ter acesso ao aluno no período extra-curricular, respaldadas em decreto que regulamentam sobre estágio e permitem ao aluno o cumprimento do estágio desde que já tenha atingido 50% dos créditos da grade curricular.

A gravidade, no entanto se dá quando o aluno se encontra ainda no período extracurricular e atua numa instituição em cujos quadros não tem assistente social e a ele são delegadas atribuições para os quais não se encontra habilitado. No Curso de Serviço Social da UECE, o aluno no período anterior ao 7º semestre e estando em algum campo de estágio, seu estágio é considerado extracurricular não recebendo, portanto, acompanhamento do setor de estágio, sendo seu encaminhamento e contrato providenciados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis que funcionando como “balcão de estágio” atende aos alunos em

articulação com empresas responsáveis pela locação de alunos no mercado de trabalho. Tal fato vem sendo motivo de preocupações, partilhadas com o CRESS, para quem outra questão igualmente séria se apresenta, e que diz respeito ao mercado de trabalho dos profissionais que sofre restrições por parte dos poderes públicos, com ausência de concursos e com a crescente demanda por estagiários, que como mão-de-obra barata é mais útil às instituições.

No capítulo seguinte vamos conhecer o ponto de vista dos diferentes atores envolvidos na pesquisa, o que eles têm a dizer sobre o assunto.

CAPÍTULO 3 TRAZENDO A DISCUSSÃO PARA A PRÁTICA

Neste capítulo faremos a apresentação e discussão do material coletado através das entrevistas, realizadas com os diferentes sujeitos.

3.1 Estágio e Custo de Mão-de-Obra

Neste item vamos discutir o porque do interesse em entrevistar os profissionais responsáveis pelo processo de recrutamento e seleção dos estagiários nas instituições. Os responsáveis por estas funções participam de instâncias que definem diretrizes a respeito da mão-de-obra universitária a ser contratada, qual a demanda, o perfil do estagiário, as expectativas em relação aos mesmos, que atividades lhes serão confiadas. A concepção de estágio para eles, vai depender naturalmente, da sua experiência, dos critérios e das expectativas que expressem em relação a sua utilização, ou seja qual a sua utilidade social para a instituição/ empresa.

Foram três os entrevistados, sendo Diana, administradora e advogada, Jorge, formado em Comunicação Social e Silvia, psicóloga. O interesse das instituições em contratar os estagiários foi explicado por eles da seguinte forma.

“O interesse da contratação dos estagiários foi por conta de que com a reestruturação que houve no poder judiciário achou-se interessante também colocar pessoal novo e quando o Des. José Maria de Melo e a D. Terezinha (esposa), já viviam essa realidade também de instituição de ensino, acharam que a 1ª experiência com os alunos tinha sido boa, então ampliaram e criaram essas vagas, ficando a estrutura com 235 vagas distribuídos em diversos cursos pra vir também e dar suporte com relação a essa estrutura nova que foi muito ampliada, de secretarias de vara, no campo do direito a partir disso os outros campos também cresceram” (Diana).

Desvelando o porque do interesse contido nas palavras da entrevistada destacamos a referência feita ao estagiário como suporte. Fica entendido assim que na qualidade de suporte a uma estrutura nova que precisa de mão-de-obra para atender a demanda que foi ampliada, o estagiário como mão-de-obra barata torna viável a expansão dos serviços com qualidade. Tal visão nos permite inferir que a instituição quando solicita o estagiário está mais preocupada em garantir o funcionamento das suas atividades, que de certa forma servem de campo para o aprendizado, embora este não se apresente como prioridade para a instituição.

“Bem, eu acho que é até uma necessidade da instituição, a gente tem um serviço muito técnico em relação a Recursos Humanos, são 39 unidades, diversificadas entre meninos de rua, adolescentes em iniciação profissional, crianças abandonadas de 0 a 7 anos, adolescentes autores de atos infracionais, que é infelizmente a clientela que cresce mais. Essa clientela cresceu muito, devido a isso criou-se um grande laboratório de pesquisa para os universitários Já venho fazendo isso há 12 anos” (Jorge).

Mesmo admitindo a necessidade de ampliar o número de estagiários em função do aumento na demanda de serviços, Jorge, demonstra outra visão em relação ao recrutamento de estagiários. Ele se refere ao campo como um grande laboratório de pesquisa, levando em conta que a instituição atende a uma clientela que vai de 0 a 17 anos nas mais diferentes situações, desde a criança abandonada, vítima de maus tratos ao adolescente infrator e de alta periculosidade. Os resultados das experiências são apresentados através das monografias. O fato de o entrevistado exercer esta função há 12 anos nos permite admitir que a visão diferenciada em relação ao estágio é fruto da sua experiência.

Já Silvia sobre o assunto afirmou:

“Para ajudar o profissional nas suas atividades”.

A expressão ajuda, utilizada pela entrevistada deixa claro que a sua concepção de estágio, não está relacionada ao processo de aprendizagem. A instituição busca na realidade uma pessoa qualificada que a custos menores possa “ajudar” ao profissional. Na Empresa o profissional desempenha a função há apenas 2 anos. É possível perceber que a forma como as pessoas conduzem suas ações tem a ver com o tempo de experiência em que estão no exercício de determinadas funções, que lhes permitam ampliar seus conhecimentos.

Embora não tenha sido colocado com clareza pelos entrevistados, é evidente a relação entre a ampliação de vagas para estagiário e o aumento das demanda dos serviços dos usuários. Em se tratando de instituições públicas, o aumento no número de vagas para o estagiário é um recurso que vem sendo utilizado e que gera implicações, que afetam em primeiro lugar os profissionais, levando em conta a dependência que a categoria tem do poder público para ingressar no serviço público o que só é possível através da realização de concursos, o que não vem acontecendo com freqüência. Para o aluno o fato representa uma oportunidade de ganhar algum dinheiro que lhe permita atender necessidades básicas, lembrando aqui os resultados da pesquisa da UECE que apontam o baixo nível sócio econômico dos alunos, o que justifica a prioridade da bolsa.⁴ Para a coordenação de estágio uma preocupação, a qualidade da formação profissional, condicionada às prioridades das instituições e ou do mercado.

⁴ Remuneração paga ao aluno estagiário pelas instituições. O valor oscila entre R\$ 200,00 e R\$ 316,00.

Além dos estagiários o serviço público lança mão da terceirização através de contratos precários de trabalho que não oferecem a garantia dos direitos previdenciários e trabalhistas. Referência a essa situação, já foi feita quando apresentamos alguns dados da pesquisa realizada pelo CRESS.

Ao contrário das instituições públicas, o Serviço Social na empresa privada, tem um público bem mais restrito, o que resulta naturalmente na contratação em número infinitamente menor de profissionais. Assim sendo o número de estagiários na área de empresa se mostra bastante reduzido.⁵ O fato frustra os alunos que demonstram interesse pelo campo e o colocam como prioridade como vamos ter oportunidade de ver nos depoimentos de alguns alunos.

Indagados sobre as expectativas das instituições em relação aos alunos os entrevistados responderam:

“A expectativa tem relação com a aprendizagem, conciliar, essas duas situações, da teoria deles acrescer a prática e somar, porque na realidade o que é interessante no estágio, é isso uma soma, uma troca de conhecimentos, porque aqui a gente tem pessoas que não tinham formação, tinha mais aquela coisa da aprendizagem prática, o pessoal mais antigo. Com essa reestruturação que houve no judiciário, aí foi feito concurso ampliado o número de cargos, criados novos cargos e por conta disso também foi ampliado o número de estagiários” (Diana).

A fala da entrevistada em relação a este aspecto apresenta uma diferença em relação à sua posição anterior quando a contratação de estagiários é apontada como um suporte. Aqui ela fala em soma, em troca de conhecimento. É o saber novo do estagiário que se junta à experiência dos funcionários antigos. Esta visão

⁵ No período em que realizamos a pesquisa dos 104 alunos em campo apenas três estavam na área da empresa.

favorece o clima de trabalho que muitas vezes é prejudicado, quando a chegada do estagiário possa representar uma ameaça a posições já consolidadas.

Os depoimentos da entrevistada quanto às expectativas que mantêm em relação aos alunos se aproximam do ponto de vista de Kuenzer (2002) na análise que faz de uma experiência na área de empresa e que envolve a relação saber teórico/saber prático. Enquanto os estagiários buscam nos campos de estágio a prática como forma de concretizar, testar os conhecimentos adquiridos em sala de aula, os funcionários, particularmente os mais antigos vêem nos estagiários uma forma de reciclar seus conhecimentos. É a soma a que se refere Diana.

“A expectativa é que os estagiários adquiram novos conhecimentos na empresa e que nos tragam informações mais recentes da Universidade para seu campo de trabalho” (Silvia).

A idéia de complementaridade assim como a associação da pessoa do estagiário ao novo também está presente na fala da Silvia. O dado que merece atenção é que ela se refere à contribuição do estagiário para o trabalho. É assim que ela vê a participação do estagiário, não como um estudante em formação, em treinamento, mas uma mão-de-obra para o trabalho..

Associando à questão anterior indagamos a respeito do processo de recrutamento e seleção e obtivemos o seguinte:

“Desde as primeiras turmas já havia um processo de recrutamento, só que de maneira diferente, Os primeiros foram selecionados através de provas e testes. A 1ª turma de estagiárias foi dessa forma, já depois de ampliado houve um consenso entre as instituições de ensino, utilizando como base o histórico escolar, o currículo e os alunos já tendo percorrido metade do curso, já tinham base para poder desenvolver um trabalho, chegar aqui e já ter

algum conteúdo teórico e chegar aqui e encontrar a realidade prática e aplicar alguma coisa. O critério dos 50% nesse caso ficou definido. Tendo alcançado 50% dos créditos e média global, que antes era seis, passou a ser 7. Junto à Universidade seguimos esses critérios. Em algumas circunstâncias, mas não é oficial, há o caso do estagiário voluntário. Há uma demanda muito grande, embora tenha sido acrescida a quantidade de vagas estágio, mas mesmo assim é um universo muito grande de alunos procurando e por conta dessa situação surge a figura do estágio voluntário, no que eles vão e procuram algumas pessoas conhecidas, as vezes amigo, conhecido ou até professor da Universidade que são juizes. Mesmo os que não têm conhecidos eles encontram uma maneira de ter essa oportunidade, procuram e ficam conhecendo, “porque eu acho ótimo isso, sabe, a coragem de chegar lá e ir a luta, isso é muito bom”. O fato de eles aceitarem trabalhar como voluntário leva a uma pequena adaptação na seleção porque às vezes como eles já estão trabalhando, já tem passado meses lá sem bolsa, é aceito o pedido, um ofício que vem dizendo: “olha, eu tenho essa pessoa trabalhando há tanto tempo, já conhece o trabalho, já está adaptada, já conhece a rotina, mas não tem uma bolsa, não é justo, vamos regularizar” (Diana).

Percebe-se uma mudança nos instrumentos de seleção. A prova é eliminada sendo utilizado o histórico escolar e o curriculum, devendo o aluno ter média mínima de sete em todas as matérias. Foi mantido o critério do aluno ter cursado 50% da grade curricular. Este percentual favorece alunos do 6º semestre e que não estão ainda pagando o estágio curricular obrigatório, sendo enquadrado como extra curricular. No caso da Instituição o fato não chega a ser mais preocupante porque as unidades contam com assistentes sociais nos programas.

Jorge iniciou seu depoimento se referindo ao Decreto Estadual que regulamenta o estágio.

“Por conta de que o Decreto Estadual Nº 26.740 de 12/9/2002, que regulamenta o estágio exige que o estágio de psicologia, pedagogia etc, seja curricular, então eu só posso colocar estudante dentro das suas especificações de curso, estudante de Serviço Social, numa unidade tenha serviço compatíveis com a sua formação e que tenha técnica de apoio. Quanto à seleção, é muito importante esse critério, eu passei 5 anos fazendo prova e nesses 5 anos o nível de desligamento era de 100%. O estudante tirava ótimo na prova, ia para o São Miguel ia se assustar, se ia pro ADOC excepcional ia se assustar, então eu trabalhava com uma desistência muito alta, e foram feitas muitas reuniões e decidi acabar com a prova. Passei a usar entrevista individual, onde através desse formulário, podia avaliar o nível de interesse da estudante pela unidade. Além da entrevista ela visita o local que ela tenha interesse em ficar. Das vagas, guardo 10% pra aquela estudante que durante a entrevista eu notei que ela vai por diversos motivos ter dificuldades de encontrar um estágio. São pessoas que se dizem “feias”, “gordas” e que por isso não conseguem estágio. Teve um caso de uma que era cega e mesmo com a resistência de alguns diretores ela ficou na unidade por dois anos e teve excelente em todas as notas em relação ao estágio. É tanto que provavelmente ela vai ser contratada. Agora esse nível de interesse, claro que deixa escapar um ou outro, mas com o sistema de entrevista eu consegui eliminar 90% das desistências” (Jorge).

A mudança de instrumentos de seleção indicada por Jorge foi mais significativa. A prova escrita de conteúdo é eliminada e são utilizadas as entrevistas e visita do aluno ao local, possível campo onde deverá ser lotado. Segundo o entrevistado a prova permitia identificar o aluno estudioso e detentor de um maior saber teórico. Sua experiência lhe permitiu constatar que nem sempre havia correspondência entre o nível de conteúdo e o interesse e desempenho na prática. Daí porque o critério que passa a prevalecer é o interesse do aluno demonstrado através da entrevista e da visita ao local.

Silvia se referindo ao assunto afirmou que:

“A divulgação é feita através de folders distribuídos na Universidade, além de contactos com o SINE. A seleção é feita através da análise do curriculum e histórico escolar, exame psicotécnico, dinâmica de grupo, entrevista com psicóloga e a última etapa entrevista com o profissional da área”.

Segundo Silvia o processo de seleção é feito através dos instrumentos mais tradicionais de seleção e utilizados de forma impessoal, levando em conta as exigências da empresa.

Nos interessa conhecer qual o perfil de aluno traçado pela instituição Vamos agora identificar o que eles pensam a respeito dessa pergunta:

“O perfil exigido, na realidade, é com base naqueles dados, tendo a nota satisfatória e cursado 50% dos créditos. Quando a gente preenche a ficha do cadastro tem algumas situações a serem observadas, quem tem curso de formação em outras áreas, informática coisas assim, que dão suporte para carreira dele, para as atividades. Falar alguma língua, ler, escrever, no caso que eu já citei, que uma comissão de adoção que envolve a parte internacional, então um aluno que conheça a matéria jurídica e fale uma ou duas línguas, já vai ser mais bem aproveitado. Se tiver interesse por informática, já pode ser aproveitado no setor, se é do Serviço Social, se ele participou dos seminários, das atividades que a Universidade proporciona, ou até mesmo congresso, etc. como também a situação da família, a gente observa um pouco porque às vezes a gente precisa também ter cuidado com relação a algumas situações particulares que envolvem o aluno porque acho que a gente precisa ver a pessoa como um todo (...)”. Há situações em que os alunos demonstram estado de carência eles falam: “pelo amor de Deus eu preciso dessa bolsa, eu não tô podendo pagar nem minha passagem” (Diana).

Além dos aspectos formais a serem cumpridos a entrevistada na sua fala deixa evidente a importância da formação complementar como critério de seleção, ou seja, o conhecimento de informática e de línguas estrangeiras são considerados como suporte para que o estagiário possa ser melhor aproveitado.

A referência aos conhecimentos complementares como informática, línguas, participação ativa em seminários confirma as exigências postas hoje pelo mercado de trabalho. Tais exigências, se por um lado estimulam os alunos a buscarem qualificação, acentua a desigualdade e o processo de exclusão para o grupo cujo poder aquisitivo não lhes permite o acesso aos meios que lhes dêem igual possibilidade.

Por sua vez, Jorge relaciona a questão ao nível de interesse dos alunos como ressalta:

“O nível de interesse do aluno em relação à clientela, deve prevalecer como prioridade na avaliação. A diversidade da clientela reflete na diversidade do perfil do estagiário para a própria instituição. A aceitação da clientela da Unidade de estágio, o interesse no exercício de conhecimentos e a consciência de ser sempre um agente de transformação provocam o nível e o perfil do aluno selecionado”.

Coerente com a posição anterior o entrevistado ressaltou o interesse dos alunos pelo campo de estágio como critério fundamental e definidor do perfil que interessa a instituição. Quando se refere ao campo como laboratório de pesquisa é evidente que espera do aluno além do interesse o espírito de investigação e estudo.

Silvia em relação à questão revela que:

“Dentro do perfil exigido pela instituição o estagiário deve apresentar características profissionais que se adequam ao exigido

pela empresa e principalmente características pessoais, desinibido, simpatia, desenvoltura, criatividade, liderança, persistência e humildade, que influenciem no relacionamento e no aprimoramento das atividades”.

Ao referir-se às características profissionais que são exigidas pela empresa Silvia não menciona quais, mas ressaltou que são levados em consideração principalmente as características pessoais.

Admitindo a importância das qualidades pessoais é preocupante que se usem as mesmas para justificar a transferência das responsabilidades do plano social para o individual atribuindo o sucesso ou o fato de estar desempregado ao indivíduo.

Sobre esse assunto Paiva faz algumas considerações e afirma:

As transformações por que passa o mundo contemporâneo estão a demandar novas e maiores forças psíquicas e virtudes pessoais, necessários à vida num mundo em que a concorrência se acirrou. As virtudes pessoais são acionadas como parte das competências em escala incomensuravelmente maior que quando se tratava de qualificação mensurável por mecanismos mais objetivos num momento em que os empregos ou a inclusão dependiam menos do capital cultural e social dos indivíduos (PAIVA, 2001, p. 57).

Para ela antes se podia pretender uma avaliação objetiva de currículos, notas proficiência que os Departamentos de Recursos Humanos sempre buscaram complementar com entrevistas, testes psicológicos ou dinâmicos de grupo. É como se o peso tivesse se invertido, como se atributos pessoais passassem a pesar mais devido à versatilidade antevista em relação aos conhecimentos necessários e conseqüente importância da disposição de adaptar-se.

Ainda segundo ela:

A exigência de qualificação visa hoje competências de longo prazo, compreendendo conhecimentos e atitudes, possibilidades de percepção e raciocínio, capacidade de comunicação e cooperação (...) exigem-se hoje bons conhecimentos especializados, elevada flexibilidade intelectual no trato de situações cambiantes, forte capacidade analítica para a interpretação de informações (...) o espectro de tarefas e o volume de decisões centrados em uma única pessoa exigem dela uma atualização ampliada de conhecimentos profissionais, capacidade de pensar e agir num horizonte muito mais amplo (...) (PAIVA, 1990, p.105).

Além das respostas mais afetas ao roteiro da entrevista, os entrevistados se expressaram sobre outras questões.

“Teve situação de moças que engravidaram e como na legislação não previa licença gestante e quando foi na época de ganhar nenê ela pediu para sair. Por conta dessa situação a gente foi observando que se pro servidor é concedido uma licença-maternidade, claro que para o estagiário a legislação não prevê, mas pelo menos um período de 30 dias é concedido para que possa se recuperar (...) “isto não é privilegiar, mas observar o momento especial que a pessoa está passando, aí foi feito uma portaria onde são observadas situações específicas” (Diana).

Os Decretos, bem como os contratos assinados entre os alunos (modelos em anexo), tanto a nível federal como estadual, não conferem aos alunos direitos tais como férias e licenças. Nesse sentido o depoimento da Diana demonstra uma preocupação que seguida de medidas concretas como a portaria a que se refere garantem aos estagiários o acesso mesmo que mínimo a algum benefício.

A questão da avaliação foi colocada por Jorge e Diana como um procedimento adotado por eles.

”Acho interessante levar ao conhecimento da Universidade para que ela tenha idéia do que está acontecendo com os alunos aqui. Fazemos avaliação com eles e com o chefe, para ele dizer como está o estagiário. A avaliação é feita de 6 em 6 meses” (Diana).

“Existem avaliações sempre periódicas, que eu faço em relação às 39 unidades. Eu sempre estou ligando para os profissionais para saber como estão os estagiários. Eu estou fazendo uma pesquisa, que acho, termino em julho (2003) e até agora 90% dos alunos estão saindo com resultados excelentes no estágio.” (Jorge)

Diana ainda fez referência ao aproveitamento dos alunos:

“Pode parecer a algumas pessoas que aqui não dar para aprender tanto, mas quem pode testemunhar melhor são os alunos, quando saem daqui para fazer concurso. Fico feliz quando eles vêm procurar declaração para prova de títulos, e que a do estágio pode ser incluída”.

Em relação à supervisão Diana e Jorge esclareceram que fica sob a responsabilidade do profissional da unidade ou programa nos quais os alunos são lotados. Já Silvia falou que a supervisão é feita pelo assistente social na própria empresa.

Diana sugeriu que a Universidade elaborasse um documento em que constassem as atividades que os alunos deveriam executar, para evitar que fossem designados para serviços incompatíveis com a sua formação acadêmica. Enfatizou a importância de maior articulação entre a Universidade/Curso e as instituições.

Embora as ações desenvolvidas pelo setor de estágio não atendam à demanda nas proporções esperadas pelos profissionais algumas atividades já são efetuadas neste sentido, principalmente no sentido de garantir as vagas para os alunos do período curricular obrigatório, o que implica na garantia da supervisão do

profissional de campo e do professor em sala de aula, como forma de assegurar aos alunos o desenvolvimento de atividades compatíveis com a sua formação acadêmica.

Jorge ressaltou sua preocupação em ampliar as vagas para estagiários de Serviço Social, o que de certa forma é positivo levando em conta o número de alunos que ingressam a cada semestre. Por outro lado, nos preocupa o reduzido número de profissionais, o que prejudica o processo de acompanhamento e avaliação que se dá ao nível das instituições.

Na dinâmica do processo de recrutamento e seleção dos alunos se evidencia a estratégia das instituições de manter seus programas utilizando o estagiário para garantir os programas, mesmo quando demonstram interesse com a formação dos alunos. Não deixa de ser uma estratégia das instituições.

3.2 O Estágio na Ótica dos Assistentes Sociais

Neste item apresentamos os resultado das falas dos assistentes sociais, supervisores da prática.

O ponto inicial da entrevista foi direcionado para conhecer como os assistentes sociais se sentem enquanto supervisores da prática. Vejamos como se expressaram:

“Compreendo que o profissional de Serviço Social enquanto supervisor da prática assume um grande desafio que envolve compromissos e responsabilidades enormes, pois, de certa forma, é o espelho para o aluno e sua referência dentro das Instituições ou empresas. Configura-se como um “cuidador” que acompanha a evolução e crescimento do aluno em suas diversas fases dentro da organização. A supervisão coloca o profissional diante de uma nova perspectiva e lança-o a uma demanda inquietante e questionadora

presentes no estagiário. Requer do assistente social estar atento as especificidades e limitações individuais suas e do aluno. Acredito também que a supervisão de estágio possibilita ao assistente social uma maior aproximação com a Universidade e proporciona a manutenção e o estabelecimento de vínculos que muitas vezes são rompidos após a graduação. A supervisão torna o assistente social um co-autor da história de cada aluna que tem nos campos de prática um momento único e terá influência indiscutivelmente na sua formação profissional” (Ana).

O depoimento da Ana desvela três formas de ver o supervisor da prática. A primeira se revela como um “espelho”, no qual o aluno deve se mirar. É uma visão na nossa concepção perigosa, pois nem sempre o aluno demonstra querer ser igual ao profissional, até porque seria eliminar a individualidade de cada um.

Depois se refere como um “cuidador”, ou seja, que recebe e se sente com o compromisso de zelar e acompanhar seu crescimento dentro da instituição. Revela uma atitude maternal e que requer competência, pois para cuidar precisa estar preparado para tal.

Por fim ela diz: o assistente social é “co-autor”. Esta visão certamente se aproxima do que se espera do profissional que está na instituição e da compreensão de que o processo de supervisão implica na presença de mais de um elemento. Sobre este aspecto Silva se pronuncia:

E se a supervisão pode ser entendida como uma atividade didática - pedagógica possibilitadora da apreensão e assimilação do ensino da prática, ela se constitui basicamente numa atividade docente. O que não significa dizer que seja atribuição da única e exclusiva competência do professor, mas partilhada com o profissional do campo na medida das suas possibilidades e limitações e numa relação de complementariedade (SILVA, 1994, p.153).

A posição apresentada por Luiza se aproxima da fala de Ana, quando afirma:

“considero de grande responsabilidade o papel esperado pelo supervisor de estágio. Compromisso de orientar, esclarecer e principalmente ser exemplo na prática diária para futuros profissionais. O assistente social deve ter a preocupação de exercer suas atividades baseadas na ética, assumindo uma postura profissional adequada. Repassando uma imagem digna e respeitosa da categoria” (Luiza).

A alusão ao “principalmente ser exemplo” feito por Luiza, tem a mesma conotação do “espelho” feita por Ana. Outra referência que ressaltamos está relacionada à “imagem digna e respeitosa”.

A interpretação de tais termos não escapa à subjetividade tanto do entrevistado, como do entrevistador e embora a entrevistada se refira a orientação enquanto um procedimento técnico, em sua fala prevalece a idéia de que a função do profissional de campo se volta mais para o aspecto comportamental, de atitudes, do que para o aspecto profissional, da formação e do aprendizado.

Já Alice vê a supervisora “como uma missão importante, pois temos que ensinar sobre as atividades, orientar em trabalhos sobre a instituição, e, sobretudo incentivar a ser um bom profissional, não mascarar a realidade institucional e a importância de nossa ação profissional”.

Alice fala em ensinar, orientar e incentivar. Embora ela se refira a ensinar sobre as atividades, o que pressupõe a prática, a função de ensinar no processo de supervisão não cabe ao técnico de apoio. Ela é privilégio do professor a quem compete segundo Silva (1994) a responsabilidade pelo encaminhamento metodológico da disciplina. Quanto à orientação está bem definido enquanto procedimento técnico e levando em conta o conhecimento que o profissional tem do

campo de estágio, de todas as implicações do seu cotidiano. O incentivo assim como o apoio ao aluno em sua inserção na instituição é da competência do profissional.

As demais entrevistadas têm a mesma visão que é a de orientar e transmitir aos alunos sua experiência profissional. Quando falam em transmitir sua experiência se colocam em posição semelhante à imagem na qual os alunos devem se espelhar.

A questão seguinte procura conhecer o ponto de vista dos assistentes sociais quanto à crescente demanda de estagiários por parte das Instituições/ Empresas

“a procura crescente por estagiários vem sendo observada em diversas áreas de trabalho e a demanda por estudantes do curso de Serviço Social também se evidencia. Nessa perspectiva, a Universidade, enquanto centro de conhecimento apresenta-se para as Instituições/ Empresas um campo favorável, onde consegue mão-de-obra a custos bem menores. A super valorização do novo em detrimento de aspectos como experiência, acredito que também colabora na construção dessa nova filosofia que está embutida nas Organizações que buscam estagiários” (Ana).

Ana faz parte de uma instituição de Saúde, onde o estágio não é remunerado. Mesmo assim, é um campo bastante procurado pelos alunos, devido à qualidade do acompanhamento, que é feito por parte dos assistentes sociais.

Embora não trabalhe com bolsistas, a entrevistada na sua fala revela clareza quanto ao problema que hoje afeta o mercado de trabalho dos profissionais e provoca modificações do paradigma do emprego.

O estagiário no Curso de Serviço Social ao chegar no 7º semestre é obrigado a cumprir o estágio, independente da instituição oferecer ou não bolsa. Neste sentido existe uma mão-de-obra abundante e de certa forma disponível, o que

favorece as instituições particularmente as públicas, cuja demanda de serviços carece de mais mão-de-obra e neste sentido nada mais favorável que a utilização do estagiário, garantido mediante convênio com a Universidade.

Nova filosofia a que a entrevistada se refere, está centrada na lógica do capital em que a experiência já não é prioridade para retorno ao mercado de trabalho. Tal fato atinge, como diz Paiva (2001), mais duramente velhos e pessoas de meia idade que não conseguem adaptar-se às novas condições de trabalho.

A posição de Luiza sobre o assunto se expressa da seguinte forma:

“a riqueza de experiência existente nas atividades desenvolvidas pela instituição desperta curiosidade e interesse por parte dos alunos, proporcionando assim maior riqueza em suas observações e atuação.”

A instituição a qual Luiza refere-se oferece estágio remunerado, sendo o valor de R\$ 316,00 (trezentos e dezesseis reais). A unidade faz parte da Secretaria do Trabalho e Ação Social e tem como clientela crianças na situação de risco pessoal e social.

A entrevistada ressalta a riqueza da experiência como principal motivação para a escolha da Unidade, cuja seleção é feita por um setor determinado para tal finalidade. A experiência do profissional como técnico de apoio, acompanhada através de Seminários, contatos, participação em bancas de monografia, acreditamos estimula o interesse e a participação dos alunos, o que justifica o depoimento.

Flávia trabalha numa instituição que ampliou o número de estagiário em função do aumento na demanda dos serviços, daí porque seu depoimento ressalta a carência de profissionais.

“atribuo, particularmente, a carência de profissionais nestes setores, por falta de concursos e/ou contratos, sendo a demanda de usuários cada vez mais crescente”.

A clareza no depoimento da Flavia só confirma, quando em momento anterior, fizemos referência ao fato. Sendo o assistente social um profissional que tem no serviço público seu principal empregador, e considerando que a realização de concursos públicos, tanto na esfera estadual como municipal não se constitui prioridade, isto reflete o descaso com as políticas sociais, cujos programas demandam o trabalho do assistente social. Assim é que, cresce o número de profissionais desempregados, enquanto as instituições solicitam estagiários na proporção em que aumenta a demanda dos serviços, conforme fala a Entrevistada, cuja instituição concentra um significativo número de estagiários e oferece uma bolsa no valor de R\$ 236,80 (duzentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

Anteriormente fizemos um comentário quanto à redução, não só de estagiários como de profissionais na área de empresa. O que está acontecendo com o Serviço Social foge ao que se observa em relação a outras áreas, como Administração, Ciências Contábeis, entre outras.

Neste sentido Laura se pronunciou.

“não sei se está crescendo a demanda de estagiários na área na área de empresa. Acho que, pelo contrário, está diminuindo pelo fato de o próprio profissional também está desaparecendo das empresas.”

O depoimento da Laura expressa uma preocupação bastante pertinente.

Segundo Mônica de Jesus César (1998) nas empresas há uma crescente preocupação em redefinir as políticas de recursos humanos, integradas ao conjunto das demais políticas e estratégias organizacionais.

Nos anos 90, diz a autora, as requisições feitas ao assistente social passaram a ser mediadas por novas formas de controle da força de trabalho, exigindo a formulação de estratégias de atuação que se definem também, em função das condições de trabalho dos profissionais.

No circuito da reestruturação produtiva, fica evidenciado que, ao mesmo tempo em que o papel do Serviço Social adquire uma outra funcionalidade, colocam-se exigências de qualificação que recaem sobre o perfil do profissional. Exige-se um perfil sócio-técnico 'moderno', delineado por procedimentos 'racionalis' e 'profissionais', que passam a nortear a requalificação do assistente social (CÉSAR, 1998, p.192).

Ouvindo o depoimento de Laura e analisando o ponto de vista de César se coloca para nós uma questão: Será que não estamos acompanhando as mudanças?

A posição de Ruth sobre a questão é compartilhada também por alunos, como veremos oportunamente.

“essa demanda tem duas vias, uma econômica, pois para qualquer empresa é menos oneroso ter um estagiário no seu quadro de colaboradores, como também é uma oportunidade de aprendizado para o estagiário e futuro profissional. Entretanto, essa evolução do aluno de Serviço Social está intimamente ligada ao seu(sua) técnico de apoio, pois dependerá do comportamento ético e comprometido do assistente social, ao qual o estagiário está subordinado o seu crescimento profissional, empenho nas suas ações e por fim uma vivência prática realmente contributiva para o seu aprendizado e futuro desempenho profissional.”

O depoimento da Ruth apresenta uma situação e ao mesmo tempo faz uma análise bem pertinente em relação ao interesse pelo estagiário. Um dos principais motivos pelos quais cresce a demanda por estagiários está centrada na lógica de que ao capital interessa gastar menos e obter resultados satisfatórios. Quando foram em capítulo anterior, apresentados os motivos pelos quais as empresas se interessam pelo estagiário está bem claro, é uma mão-de-obra barata, qualificada e renovável, levando em conta que os contratos de estágio têm em média 2 anos, o que lhes permite renovar os quadros sem arcar inclusive com treinamento e qualificação.

Ressalta a entrevistada, que mesmo sendo utilizado dessa forma o aluno tem no campo de estágio oportunidade de aprendizado. Um aspecto que ela ressalta e que consideramos válido é a relação que faz entre o aprendizado do aluno e o compromisso do técnico de apoio, não só no aspecto do desempenho profissional propriamente dito, como do comportamento ético.

A instituição trata-se de uma ONG e oferece bolsa no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais)

Considerando que a demanda se dá em função de necessidades, interessa saber quais as expectativas dos assistentes sociais em relação ao trabalho dos estagiários?

“as expectativas existem no sentido de que o aluno venha não apenas a contribuir no desenvolvimento das atividades do Serviço Social, mas que possa além de realizar tarefas, ser capaz de compreender as diversas variáveis existentes no processo de construção do aprendizado e estabelecer as correlações existentes na relação teoria/prática. Espera-se que o desenvolvimento do trabalho conduza o estagiário a um despertar e a uma leitura crítica da realidade existente e que através dessa perspectiva possa vislumbrar novos

olhares na dinâmica organizacional e do Serviço Social especificamente, possibilitando ainda o estabelecimento das mediações usuário/Instituição/comunidade” (Ana).

O ponto de vista da entrevistada está um tanto confuso, no entanto dá para perceber sua preocupação com a relação teoria/prática, questão sempre presente quando se fala de estágio. À instituição de ensino compete passar para o aluno o saber teórico e se espera que na Unidade, campo de estágio contemple a função de ensino prático. Sempre a polêmica e quando a entrevistada fala que espera que o aluno seja capaz de estabelecer as correlações existentes na relação teoria/prática o faz considerando que a teoria e a prática estão quase sempre desconectadas e a relação entre elas quase nunca se faz.

A entrevistada não deixa clara a sua participação no processo, como se o aluno dispondo do saber teórico procurasse aplicá-lo de formas a se tornar capaz de fazer as correlações, de aprender a ter uma leitura crítica da realidade entre outras.

A posição de Luiza volta-se para o interesse do aluno, como demonstra no seu depoimento.

“Nossas expectativas direcionam no sentido de que essas alunas apresentem interesse pelo aprendizado da prática, disponibilidade para desenvolverem as atividades juntamente com a Supervisora e entusiasmo pelo que se propõe conhecer e trabalhar”.

Na fala da Luiza sua demonstração é de poder contar com o trabalho de estagiário para o cumprimento das atividades a serem desenvolvidas, daí porque a sua expectativa é de que o aluno tenha disponibilidade. Embora este aspecto ressalte o fazer, interpretamos como positiva a referência ao “conjuntamente”, que demonstra uma forma de trabalhar em que o estagiário não está numa posição de

subordinação que consta em outro depoimento. Exprime inclusive uma idéia de troca, de complementariedade.

Vejamos a seguir o depoimento da Alice:

“primeiramente que o estagiário reconheça-se como profissional em formação e que está subordinado a um profissional efetivo na instituição. Tenha em mente o dinamismo da prática profissional e que tenha humildade de entender que não é o dono do saber e que sempre há algo a aprender.”

A referência ao profissional em formação deixa claro que a entrevistada entende o estágio como um treinamento, um aprendizado. No entanto, ela enfatiza que o aluno “reconheça-se” em formação e por isso deve ser humilde e subserviente. A preocupação de que os alunos representam uma ameaça, para os profissionais é colocada na informalidade por alunos e profissionais. Estes se sentem ameaçados, levando em conta que o aluno chega na instituição com um saber atualizado, o que põe em cheque o saber do profissional, razão pela qual alguns não aceitam ser supervisor da prática o que limita, às vezes, as vagas para estagiários nas instituições.

Sobre o assunto vejamos a posição de Ruth:

“procuramos, enquanto técnica de apoio, incentivar a estagiária a ser criativa e nunca dispomos de soluções prontas, pois entendemos que discutindo juntos e tomando uns posicionamentos consensuais, baseados nas normas institucionais e na prática profissional ética, estaremos ajudando na construção de um profissional qualificado e adequado ao mercado, e mais do que isso, um assistente social comprometido com as classes subalternas, enxergando-as não como um fim, mas como uma possibilidade de transformação”.

Ruth sugere um aluno criativo, e deixa transparecer a forma de trabalhar em conjunto com o aluno, e neste sentido não se percebe a exigência da subordinação e sim da complementariedade. O profissional dirige o processo naturalmente, quando ela diz que “enquanto técnica de apoio, incentiva”, mas é importante reconhecer a preocupação em fazer o aluno participar do processo de discussão e decisão com sua orientação.

Saber quais as atividades que os estagiários desenvolvem na instituição é também uma forma de dispor de elementos para avaliar o significado do trabalho desenvolvido por eles e sua formação acadêmica

“ao iniciar o estágio, o aluno é conduzido a conhecer a Instituição nos seus vários aspectos. Realizar uma leitura da dinâmica organizacional e observar todas as atividades desenvolvidas no setor. A partir desse primeiro momento, procurar-se-á introduzi-lo no trabalho de campo. As atividades envolvem ações sócio-educativas junto aos diversos setores onde o Serviço Social atua dentro da Instituição. Realizam abordagens grupais nas unidades de internamento com o objetivo de orientar e informar sobre direitos previdenciários essenciais, como também nos diversos serviços de que podem dispor dentro da instituição e em outras unidades na comunidade. Participam de grupos específicos para gestantes, planejamento familiar e aconselhamento em HIV/AIDS. Atualmente contribuem através de aplicação de questionário junto a clientela no levantamento do nível de satisfação da mesma quanto aos serviços prestados na Instituição. Ainda pode-se destacar outras atividades que constituem-se rotinas básicas do serviço: entendimentos com municípios do Estado para agilização de transportes quando na liberação de usuários, procedimento de liberação de puérperas cujos recém-natos permanecerão internados, encaminhamentos para viabilização de benefícios e outros serviços disponíveis na comunidade” (Ana).

O depoimento da entrevistada não coloca de forma muito clara as atividades desenvolvidas pelos estagiários, o que nos leva a indagar: quais são as ações e quais são os setores onde o serviço social atua? O procedimento adotado na instituição no momento da chegada do aluno é positivo, considerando necessário que haja o momento em que o aluno deve conhecer a dinâmica da instituição, seus programas, sua política de ação, inclusive suas atribuições enquanto estagiária. Vê-se que aos alunos é delegado apresentar para os usuários assuntos que nos perguntamos. Estarão eles preparados para tratar de temas difíceis e específicos? Entende-se que existem atividades que a entrevistada diz ser rotina e que se apresentam como procedimentos de natureza administrativa e, que não entendemos como atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários.

“os estagiários participam de todas as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social junto às famílias atendidas. Contando sempre com acompanhamento e orientação da Supervisora. Destacam-se como atividades do Serviço Social do Abrigo: entrevistas, atendimentos individuais ou em grupo, visitas domiciliares e institucionais, participação em audiência no Juizado de Infância e Juventude de Fortaleza, reuniões, festividades e passeios com o grupo de mães. Elaboração de evoluções dos casos, estudos de caso e ofícios” (Luiza).

O desenvolvimento das atividades relacionadas implica em conhecimentos técnicos e são compatíveis com a natureza do trabalho a ser desenvolvido pelo estagiário enquanto aluno de Serviço Social e sob a orientação do profissional. São procedimentos que constam nas atribuições do assistente social.

“leitura dos documentos institucionais, organização de pastas utilizadas no setor, atendimento aos usuários, ministrar palestra educativa, realizar visita domiciliar, preencher formulários utilizados no setor e integração constante com o técnico de apoio” (Alice).

As atividades, as quais Alice refere-se são compatíveis com a formação dos alunos, principalmente sendo orientadas. Se o aluno não tiver nenhuma experiência de estágio tudo é novo para ele, daí porque necessita de orientação e acompanhamento, principalmente em atividades que requerem além de conhecimento específico, experiência para realizar um estudo de caso.

“são elaborados relatórios sociais, acerca dos processos enviados pelos juízes das Varas de Família para estudo de caso, utilizando como metodologia para a realização do trabalho: visitas domiciliares, entrevistas e observação técnica.” (Flavia)

Quando no depoimento anterior, Flavia referiu-se ao despreparo dos alunos. Os relatórios a que se refere exigem conhecimentos que os alunos no primeiro período de estágio com certeza não conhecem. São documentos que devem ter um rigor técnico, considerando sua utilização em questões que implicam decisões jurídicas. O estudo de caso igualmente requer conhecimento e experiência.

Nas atividades descritas por Laura, percebe-se a presença de atividades administrativas e burocráticas, não compatíveis com a formação acadêmica:

“atividades burocráticas como: liberação de compra para convênios (farmácia, ótica, clínicas, etc.), autorização, marcação e encaminhamentos para consultas com clínicas conveniadas, operação do sistema médico (programa de computador), organização de prontuários e ASOS de acordo com exames admissionais, demissionais e periódicos, controle de medicamentos do ambulatório médico, etc. palestras sócio-educativas, campanha de doação de sangue, visitas hospitalares e domiciliares, atendimento individual, acompanhamento de funcionário ao hospital, etc.” (Laura).

As atividades apresentadas como sendo as desenvolvidas pelos estagiários de Serviço Social refletem uma situação já abordada por nós ao longo das

discussões neste trabalho. A empresa ao contratar o estagiário não está preocupada com a sua formação acadêmica. O mais grave é que o aluno aceita, o profissional não reage e acata essas determinações. O processo de seleção que envolve entrevistas, psicotécnicos e dinâmicas, fica sem sentido quando diante de algumas atividades que não necessitam de conhecimentos específicos para serem executadas. Marcação de consultas, autorização para exames, controle de medicamentos, para destacar algumas, são certamente atividades que mesmo em situação eventual não deveriam ser desenvolvidas pelos alunos.

Já nas atividades apresentadas por Ruth, percebe-se a oportunidade para os alunos ampliarem seus conhecimentos:

“constituem-se atividades da estagiária de Serviço Social no GACC: grupo de estudo (planejamento, elaboração, pesquisa e aplicação), reuniões de acompanhamento, assessoria na elaboração de projetos sociais, relatórios mensais, encontros (planejamento e execução), treinamentos (planejamento e execução), contato com associações, contato com órgãos públicos e privados, visitas às associações acompanhadas e participação em eventos culturais e de formação”. (Ruth)

Os programas desenvolvidos pelo Grupo de Apoio as Comunidades Carentes (GACC) favorecem outros tipos de atividades, que vêm sendo exigidas, quando as demandas são diferentes. A entrevistada cita: assessoria, elaboração de projetos, pesquisa, entre outros. Os programas desenvolvidos são voltados para apoio às comunidades o que requer uma ação mais ampla. Para o estagiário representa a oportunidade de uma prática bastante diversificada.

A questão final da entrevista se propõe a conhecer o ponto de vista das entrevistadas em relação à formação dos alunos, frente às novas demandas que se colocam para o assistente social?

“tenho observado desde a minha graduação na Universidade e especificamente no curso de Serviço Social uma freqüente preocupação em estar atento as transformações que vêm ocorrendo no mundo assim como, as novas demandas que se colocam para o assistente social. Identifico através dos estagiários que chegam até a instituição, uma inquietação bastante rica e uma leitura clara desta realidade que se evidencia. Esta percepção é fundamental no aprendizado. Este contudo, é um processo de construção contínua e exige de todos os envolvidos uma constante preocupação e cuidado em estar sempre “desaprendendo” e buscando novas alternativas e sobretudo lançando novos olhares capazes de apresentar respostas as demandas surgidas no nosso cotidiano” (Ana).

“avalio positivamente o nível de formação dos alunos que venho acompanhando no Abrigo. Apresentam compromisso com o estágio, senso crítico apurado e questionamentos frente as situações vivenciadas” (Luiza).

“percebo que a formação acadêmica oferece subsídios para compreender a realidade e agir frente as novas demandas que se apresentam. Mas essa ação varia muito de estagiário para estagiário; varia dependendo da história de vida, percepção de mundo do estagiário, etc.” (Alice).

Os depoimentos das entrevistadas são coincidentes quando fazem uma avaliação positiva da formação que os alunos vêm recebendo no Curso de Serviço Social. A visão que têm decorre segundo elas, da postura que os alunos assumem na vivência do estágio, no desempenho das suas atividades. Acreditamos que também influencia a avaliação das entrevistadas o fato de que são profissionais que estão sempre próximos as atividades promovidas pelo Curso de Serviço Social, e pelo fato de exercerem a anos a função de supervisores da prática. Embora admita como positiva a formação que os alunos recebem os resultados na prática, segundo

Alice estão relacionados aos aspectos individuais de cada aluno, havendo portanto, diferença na forma de agir e conduzir seu processo de aprendizado.

As demais entrevistadas fazem algumas restrições, conforme seus depoimentos:

“vejo que a universidade ainda não prepara bem o aluno para o mercado de trabalho, são vistas muitas teorias no curso, o que é bastante importante, porém quase nada se estuda ou analisa efetivamente quanto à prática profissional no mercado de trabalho, seja em hospitais, empresas, justiça, ONG, entre outros, levando o profissional a aprender o trabalho em seu local de estágio. Acho que deveria ser debatido o trabalho do assistente social nas diversas instituições, de forma concreta, ainda durante o curso, para que quando um estudante chegue em qualquer dessas áreas, tenha noção do que se deve fazer e não aprender somente com quem já está na prática” (Flavia).

“acho que a grade curricular deveria ser reestruturada com cadeiras optativas na área de Recursos Humanos, pois, pelo desconhecimento, estamos perdendo espaço para psicólogos e administradores” (Laura).

“avalio que a formação acadêmica básica está boa, embora possamos almejar, enquanto técnico de apoio, que os estagiários tenham disciplinas específicas sobre o terceiro setor; já que este é um campo em ampla diversificação e futuro empregador de uma boa parcela dos recém-formados” (Ruth).

Os depoimentos afirmam a necessidade de mudanças na grade curricular e que o conteúdo atual não dá conta das novas demandas que se colocam para o Serviço Social. É importante observar que as instituições às quais estão vinculados os profissionais necessitam de conhecimentos específicos e que não estão sendo contemplados, daí porque percebem a fragilidade dos alunos quando se deparam com a realidade. Neste sentido é que são sugeridas estudos nas áreas de Recursos Humanos

e Terceiro Setor, assuntos diretamente ligados ao seu campo de atuação, visto que se trata de uma Empresa e uma ONG. Outra área que está a exigir estudos específicos está relacionada à justiça. Trata-se de um campo que requer conhecimentos específicos e que não são contemplados através de disciplinas teóricas, embora na disciplina de estágio o professor ofereça subsídios em relação ao assunto.

O despreparo do aluno ao iniciar o estágio faz parte das discussões de Buriolla (1994) quando se refere a necessidade do supervisor cobrir a defasagem do aluno, acumulando suas funções. Sempre se coloca que as discussões teóricas no interior dos cursos são mais importantes, sendo a disciplina de estágio relegada a um plano inferior. Essa é uma discussão feita por professores que têm na questão do estágio sua base de estudos. Estas colocações ressaltam o ponto de vista de Flavia, quando propõe que se analise a prática do assistente social nas suas diferentes áreas de atuação. Na realidade do Curso de Serviço Social da UECE, as disciplinas de Estágio Supervisionado têm no seu programa de ensino unidades reservadas a essas discussões, a partir da prática de estágio. Seminários de prática são realizados e os profissionais são convidados, não só como ouvinte, mas apresentando suas experiências.

3.3 A Vez e a Voz dos Alunos

A seqüência na apresentação dos resultados teve uma lógica. Primeiro os dirigentes, enquanto instância decisória e contratante da mão-de-obra universitária, segundo os assistentes sociais, na qualidade de supervisores da prática, responsáveis pelo acompanhamento e orientação no campo de estágio. Por fim os alunos, a mão-de-obra disponível e qualificada que disputa no mercado uma bolsa de estágio. O que pensam e como vêm as questões que foram colocadas.

Ainda na seqüência apresentamos em primeiro lugar as falas das alunas que fazem estágio extracurricular. Iniciamos, procurando saber o motivo pelo qual procuram ingressar no estágio em período anterior ao curricular.

“Eu tenho muita sede do novo, de aprender constantemente e também de me tornar um pouco independente, não que eu seja completamente dependente dos meus pais, que eu moro com eles. Na verdade essa bolsa seria para economizar pro futuro, para eu fazer um mestrado, alguma coisa desse tipo. Desde o começo eu quis, para já conhecer diversos assuntos. Eu estou estagiando na Biblioteca Virtual, onde eu trabalho com adolescentes, professores e com o público em geral, e tenho um estágio na FUNCI, somente com adolescentes. Nos dois estágios eu tenho bolsa. Até penso fazer estágio voluntário nos finais de semana, ou nas férias, mas um tem que ter bolsa” (Paula).

“Colocar um pouco na prática do que aprendemos na sala de aula, com as disciplinas, eu sempre bati na tecla que teoria e prática têm que andar juntas. Eu comecei em dezembro do ano passado. Dois meses na FUNCI, cinco meses no Fórum, e agora estou há quatro meses no BNB, sendo que ainda não fiz a disciplina de estágio, tudo isso foi meio aprendendo, fazendo. Porque eu sou muito curiosa, também pesquisava pois era pesquisadora da FUNCAP. O período do estágio curricular fica muito longe, você fica numa ansiedade imensa para começar a prática. Também contou a questão da bolsa, não sei se foi a principal, acho que foi, embora me inquietava estar só na sala de aula” (Dina).

“A concepção de estágio é uma oportunidade de conhecer melhor a prática do assistente social, pois na faculdade tem muita teoria, algumas noções, mas no estágio é que você vai conhecer, que vai proporcionar um aprendizado. É uma preparação para quando eu me formar e ter alguma prática, uma experiência. Eu não vou ficar ‘Meu Deus, como é isso? Como se faz isso? Embora eu esteja fazendo estágio extracurricular, eu já tenho essa noção, já é um passo positivo para quando eu me formar e estiver na prática realmente. Muita gente

procura, mais pela questão financeira, estágio remunerado, esse não é o meu caso, pois eu sempre procurei o aprendizado, até porque, desde que eu entrei na faculdade, eu me programei muito, pensando na minha monografia. Fiz um estágio voluntário de 1 mês no Instituto Médico Legal (IML), durante as férias, por causa do aprendizado, fiz pesquisa com a professora Liduína, já no hospital, também pelo aprendizado, isto é para mim a questão do estágio antes do tempo é mais por conta do aprendizado” (Ivone).

A fala das três entrevistadas revela pontos comuns em relação a este item. O Curso de Serviço Social na UECE conta com 10 semestres, sendo o Estágio Curricular Obrigatório no 7º e 8º, respectivamente, considerado muito distante pelos alunos, levando em conta que a partir do 4º semestre já começam a ver as disciplinas de Teoria e Metodologia, o que aguça sua curiosidade. A razão, portanto, segundo elas, é a curiosidade, o interesse de ver como se dá na prática a atuação do Assistente Social, de poder fazer a conexão teoria/prática. Embora se refiram ao interesse como prioridade, os três depoimentos ressaltam a importância da remuneração, mesmo que venha a ter uma experiência voluntária, ressaltou uma das entrevistadas. Dentre os alunos do período extracurricular, os que procuram mais o Setor de Estágio são os alunos dos semestres iniciais, os do 6º semestre já procuram informações, através da Pró-reitoria para Assuntos Estudantis (PRAE). Em seguida indagamos das estagiárias sobre as atividades desenvolvidas na instituição e a compatibilidade com sua formação acadêmica.

“Desde que eu comecei a estagiar no 6º semestre, notei que tinha tudo a ver com a faculdade, porque eu faço, visita domiciliar, reuniões com as famílias, capacitação, relatórios e tudo isso eu estou aprendendo, agora mais ainda, com a ajuda da cadeira de Teoria e Metodologia III, que trabalha com as instrumentalidades do Serviço Social. Na biblioteca é mais capacitação, monitorar, de trabalhar na

recepção, então eu estou aprendendo várias coisas e ainda quero outra área futuramente” (Paula).

“Quando eu entrei lá fiquei meio chocada porque tinha uma estagiária de pedagogia e ela saiu, tive que continuar o módulo de Português, uma coisa que não é função nossa. Tivemos que dar aula de português, sem nem saber, sem ter o instrumental. Tivemos que estudar, nos vimos perdidas. Com a outra estagiária fomos falar com o gestor, mas, tivemos que fazer para não parar o bonde no caminho. A gente acaba fazendo porque o pessoal pensa que o Serviço Social é tudo mesmo” (Dina).

“No estágio que eu faço eu não vejo diferença de atribuições só por eu estar no 6º semestre. Elas me passam a atividade e explicam o que eu devo fazer. As meninas (outras estagiárias) estão na comunidade atuando com os jovens, eu não, eu tenho uma turma específica, mas ao mesmo tempo estou em todas. Tenho conhecimento de como está cada unidade, tem que fazer uma reunião, vou e faço, problema tal, vamos encaminhar, então eu tenho uma visão mais geral de todo o projeto” (Ivone).

Paula se refere às duas instituições nas quais faz estágio. Ela está na FUNCI e, lá faz visitas domiciliares, reuniões, relatórios, atividades que são compatíveis com as exercidas pelos alunos do período curricular e também pelos profissionais. Já no estágio da Biblioteca Virtual as atividades estão mais relacionadas à capacitação e monitoramento, bem como de recepção. A entrevistada reconhece que não tem muita relação com o Serviço Social.

A preocupação já demonstrada em relação ao aluno que faz estágio curricular se confirma no depoimento de Dina. A Instituição tem nos seus quadros assistente social, mas segundo ela, o fato de não estar no período curricular obrigatório, não recebe a atenção destinada aos que estão no curricular obrigatório. A falta de orientação resulta em que seja designada para tarefas para as quais não

está preparada, mais precisamente tarefas que fogem à sua formação acadêmica. O fato de ser exigido o cumprimento de tarefas fora da sua competência revela a relação de poder que se estabelece no contexto institucional e o entendimento do estagiário como realizador de tarefas. Os estagiários precisam conhecer este jogo de relações para que possam fazer uma leitura mais efetiva da realidade. Fica a indagação. A preocupação em manter o programa é por conta do usuário? E a formação do aluno como fica, já que a Instituição tem com a Universidade um Convênio, através do qual se compromete com a sua formação profissional?

Ivone deixa transparecer segurança na sua fala. Sente-se capaz de realizar as atividades, desde que seja orientada como fazer. Suas atividades, segundo seu depoimento, estão mais voltadas para questões administrativas, embora se defina como Coordenadora das atividades das outras estagiárias.

O desenvolvimento das atividades implica em que haja uma orientação daí porque na questão seguinte indagamos sobre o processo de acompanhamento e supervisão às suas atividades.

“Na biblioteca eu sou bolsista, não é assim, estagiário de Serviço Social, mesmo porque lá não tem setor de Serviço Social, lá a gente trabalha em esquema de rodízio, até porque lá o pessoal é mais da área de turismo, licenciatura, pedagogia, mas mesmo assim tem o setor de estágio. Qualquer dúvida, nós podemos pedir ajuda. Na FUNCI fiquei só com 25 adolescentes, eu fiquei muito apreensiva, mas eu procuro muita orientação. Existem 15 unidades, uma média de quatro para cada supervisor, então quando eu tenho alguma dúvida, eu fico ligando para a minha supervisora. Eu vou aprendendo, eu tenho orientação da instituição, mas não da faculdade, então eu vou aprendendo da maneira mais difícil, ali no dia-a-dia, mas está sendo super gratificante” (Paula).

“Tem assistente social, ela é responsável pelo setor de Recursos Humanos, mas a supervisão eu acho uma tanto falha, não tive muito contato com ela, tem outra aluna que está no Estágio Supervisionado, então ela procura mais” (Dina).

“No projeto que eu participo na FUNCI tem três assistentes sociais mais duas estagiárias, que já estão quase se formando. Quando a gente sente alguma dificuldade, tem o acompanhamento. Não vejo muita diferença no que eu faço e as alunas que estão no período obrigatório. Vejo a diferença em relação ao voluntário, quanto ao horário, pois com a bolsa são 4 horas, enquanto voluntário são três vezes por semana” (Ivone).

O depoimento das três entrevistadas leva-nos a uma reflexão, relacionada à forma de cada aluno enfrentar as situações. As três entrevistadas estão fora do período curricular obrigatório, sem supervisão do professor em sala de aula e com restrições quanto ao supervisor de campo. No entanto procedem de forma diferente, deixando evidente a desenvoltura de alguns e a submissão sem argumento de outros. As qualidades pessoais possivelmente influenciam no desempenho das pessoas. Dois aspectos importantes são identificados: não percebem diferenças significativas quanto às atividades outro diz respeito à carga horária, bem com o vínculo do contrato que tem em relação aos bolsistas a exigência de funcionário, que não é cobrada dos que fazem estágio sem remuneração, embora sua carga horária também seja definida.

Ter clareza quanto às suas atribuições é sem dúvida um critério para que possa tentar superar os limites do poder institucional. Outro aspecto é ter no Código de Ética um instrumento de apoio em relação às exigências descabidas, embora o código não contemple os “estagiários” a não ser no seu artigo 4º, alíneas ‘d’ e ‘e’, cujo texto diz:

É vedado ao assistente social:

- d) compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais;
- e) permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em Instituições ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto as aluno.

Considerando o que diz o Código e levando em conta que a situação prevista nos artigos citados é mais passível de acontecer no período extracurricular fizemos a seguinte questão:

Você conhece o que diz o Código de Ética do Assistente Social em relação ao estágio?

“Do Código, eu sei que a estagiária tem que trabalhar com o assistente social na instituição. Eu tenho vontade de trabalhar numa instituição que não tem assistente social, tem o setor de RH, mas não assistente social, que é o SEBRAE. Eu já tinha até conseguido, mas eu não posso fazer o estágio curricular lá, porque não tem a assistente social, então do código eu sei isso, mas pretendo saber mais” (Paula).

“Não, mas isso é uma falha minha. Eu nunca tive acesso ao Código de Ética. Acho que ética devia vir antes do 7º semestre” (Dina).

“Sei que é visto na Disciplina de Ética, no 8º semestre” (Ivone).

Paula referiu-se ao conhecimento de que existe a exigência da instituição ter assistente social, para que possa o aluno fazer estágio curricular. Dina não conhece o código e a Ivone fez referência à disciplina de Ética, que é no 8º semestre.

Com relação a este item, admitimos a falha do curso quanto à discussão sobre a ética profissional, cuja discussão só é feita na disciplina de Ética Profissional em Serviço Social no 8º semestre, quando os alunos já estão no segundo período de estágio.

A questão seguinte nos remete a um dos pontos polêmicos em torno da utilização do estagiário por parte das instituições.

Como vê a crescente demanda de estagiários por parte das instituições?

“É uma mão-de-obra barata e que supre a necessidade da instituição. A procura por estagiários de Serviço Social não é tão grande quanto para Administração, Ciências Contábeis, ainda mais o estágio remunerado, geralmente ele é voluntário, principalmente em hospitais. Quem sai perdendo muitas vezes é o profissional, que perde seu espaço, pois não há uma garantia de que mesmo sendo um bom profissional você terá a sua vaga garantida. A bolsa dá uma sensação de independência financeira, entusiasmo mais, porque a vida está um pouco difícil, até porque muitas vezes você tem que se deslocar para a comunidade, que é um pouco distante, então a bolsa já ajuda, é um estímulo. Eu gostaria muito de estagiar numa empresa, mesmo que não fosse remunerado, pois eu iria aprender, se fosse de consultoria então, eu ia cegamente, já se fosse em um hospital, eu não me entusiasmaria, porque não é a área que eu quero atuar, ainda mais se fosse voluntário. Eu acho que se o estágio é na área que você gosta e não tem bolsa, você aceita, mas se não for tem que ter ao menos o atrativo da bolsa” (Paula).

Ao responder sobre o assunto, a entrevistada expôs seu ponto de vista de forma que permite identificar três aspectos: reconhecimento da utilização do estagiário como mão-de-obra barata pelas instituições, para cobrir a demanda de serviços; a repercussão negativa do fato para os profissionais, que têm o mercado de trabalho ameaçado, reflexo da flexibilização e da precarização do mercado; por fim o reconhecimento da utilidade da bolsa, o que confirma, quando em momento anterior deste trabalho, nos referimos à

questão; o aluno se sente explorado, reconhece e admite a precarização que hoje norteia as relações de trabalho, mas admite a necessidade da bolsa, já que a mesma permite-lhe o acesso a alguns bens e serviços.

“Sempre quis estagiar na área de empresa e diz que ficava mesmo sem bolsa”. Sua colocação remete-nos à afirmação de Paiva (2001) em que se refere “à necessidade de encontrar alternativas ao assalariamento e de encontrar satisfação em atividades que não são necessariamente remuneradas”.

A segunda entrevistada abordou a questão por outro ângulo:

“Não vejo estágio como emprego, porque a gente sabe, que o vínculo é bem claro. Você entra já sabendo que daqui a um ano ou dois anos você tem que sair. Eu não me sinto empregada, eu sinto que estou sendo remunerada, eu estou tendo uma renda, não me sinto empregada e isso me deixa muito aflita. Quando eu sair vou perder a remuneração, mas não consigo ver como uma questão de emprego, porque o vínculo é bem claro. Ter a bolsa conta porque moro na casa de uma tia, porque meus pais moram no interior e eu precisava complementar para eles não ficar só mandando dinheiro, eu via a necessidade de ter esse dinheiro para transporte, xerox, alimentação”. (Dina)

Dina conduziu sua resposta para a questão do estágio como emprego. Tem clareza da precariedade do contrato, e do significado da remuneração, mesmo temporária. Expressou sua preocupação com o término do contrato, considerando que a bolsa serve para cobrir necessidades básicas.

Já presenciamos casos de alunos que retardam a finalização do curso para garantir a bolsa, mesmo já tendo concluído o período curricular. Para as instituições conta o prazo do contrato, o que permite que o aluno permaneça mais tempo.

A análise agora se volta para o ponto de vista dos alunos do período curricular, interessa ver como se expressam em relação às questões colocadas para eles. A primeira questão indaga sobre os fatores que determinaram sua opção no campo de estágio.

“Satisfação pessoal e perspectiva de crescimento, não esquecendo que o fator salário também tem sua importância, mas não define minha opção” (Aline).

“Já faz 1 ano e 2 meses que eu estou lá e a minha bolsa é de R\$ 200,00 (duzentos reais) mais o vale-transporte. Eu comecei no 5º semestre e ainda estou lá na Regional III. Uma amiga disse que eu fosse deixar o meu currículo, que haveria seleção. Depois de algum tempo ligaram para mim, e eu passei na seleção. Eram 14 meninas para 4 vagas. Na realidade eu fui mais porque a minha amiga disse que era legal, não porque eu tivesse vontade de estagiar lá” (Jane).

“A área que realmente me interessa é Educação, tanto que meu TTC está direcionado a esta área. Meu estágio não tem muito a ver com essa área, mas eu tava sem estágio e eu tinha curiosidade de saber, de aprender como era o trabalho jurídico da assistente social. Eu já havia deixado o meu currículo no Fórum e saíram algumas pessoas e eu fui chamada. Eu já estou lá há seis meses” (Vera).

“Não foi uma opção, porém, uma falta de opção. O campo no qual eu sempre quis atuar foi o da educação, mas quase inexistente atuação do Serviço Social nessa área, sendo que as que pouco existem são ligadas à educação com crianças especiais onde muitas vezes o estágio é voluntário, o que seria inviável para mim, já que preciso da bolsa. No entanto, tive a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre Previdência Social, que é uma área apaixonante, enriquecendo assim o meu currículo” (Clara).

“Fui para a maternidade porque não tinha outra opção. Eu queria um estágio remunerado, o que no Serviço Social é muito difícil. Como

tinha que fazer a cadeira de estágio tinha que fazer qualquer coisa, meu interesse era trabalhar com criança, ou criança portadora de alguma coisa com criança portadora de algum tipo de deficiência. Fui encaminhada para o Núcleo de Estimulação Precoce (NUTEP), só que o horário não deu certo com meu tempo livre e terminei ficando na Maternidade” (Clarissa).

“Apesar de não ter sido a minha 1ª opção, eu gostei muito, porque eu tenho uma supervisão, eu estou sendo acompanhada, o que eu falo, elas comentam comigo ‘vamos planejar uma coisa’, elas respeitam a nossa opinião, estão abertas, e eu não sei se eu encontraria isso numa empresa, acho que não. Até mesmo pela demanda, pela exigência, aquela correria, eu vi na VICUNHA, é uma correria, então talvez eu não tivesse tanta paciência e tudo, e eu estou gostando de trabalhar no Hospital” (Edna).

Quando colocamos esta questão no roteiro da entrevista queríamos checar o que se nos apresenta quando os alunos procuram estágio no setor. De preferência um estágio remunerado. Na impossibilidade deste a oportunidade de optar por uma área do seu interesse. Ou fazem em outra área porque precisam da remuneração. Nem sempre conseguem porque o número de bolsas é bastante reduzido em relação ao número de alunos que fazem as disciplinas de Estágio Supervisionado.

Das seis alunas entrevistadas, cinco têm bolsa e uma não tem.

Analisando o depoimento, vemos que embora façam alusão à bolsa, deixam clara a insatisfação inicial por não fazer estágio na área de seu interesse. Ou fazem em outra área porque precisam de remuneração. Na realidade o aluno não tem muita opção de escolha nem em relação à bolsa, nem em relação à área como ficou bem claro nos depoimentos.

No início de cada semestre o Setor de Estágio apresenta aos alunos o quadro de vagas, quase sempre composto por instituições públicas e ou filantrópicas que não oferecem bolsa. As que oferecem realizam processo seletivo e o Setor de Estágio quando procurado faz a divulgação.

Quanto às suas expectativas com relação ao campo de estágio, as entrevistadas se posicionaram da seguinte forma:

“Eu tinha muita vontade de estagiar, só que eu queria esperar, porque tem gente que chega no 3º semestre, e já quer logo estagiar. Eu não queria isso. Eu queria estar no 5º ou 6º semestre. A gente estuda muito, e no fundo não sabe o que o assistente social faz, eu queria ver como era a ação delas, queria aprender mais, e esse estágio me ajudou muito e ainda me ajuda nas minhas disciplinas. A minha visão ampliou muito desde que eu comecei esse estágio. Minha visão era restrita, agora não, eu trabalho com comunidade e a gente convive com pessoas de vários tipos” (Jane).

Jane colocou suas expectativas na relação teoria/prática, de poder conferir a ação profissional do assistente social.

“São as melhores possíveis, principalmente agora com o atual governo. Perspectivas de contratação inexistem por ser um órgão público, porém a esperança de que haja algumas mudanças e que essas tragam melhoria para os beneficiários da previdência é muito grande. Espero que finalmente aconteça a tão sonhada reforma da previdência e que dessa vez ela venha somar com o social e não dividir com fez a última” (Clara).

Clara mostra otimismo na sua fala e lamenta, no entanto, a não realização de concursos, como forma de assegurar um emprego fixo. A entrevistada já transpõe suas expectativas para o mercado de trabalho. Como diz Dupas (1999) a referência no imaginário social continuará a ser, durante muito tempo estar empregado no setor formal.

“Eu tinha uma visão equivocada do que era estágio. Eu achava que ia chegar lá e apenas receber orientação das assistentes sociais, no entanto eu vi que você tem muita chance de aprender, que realmente elas te dão orientação, mas você também tem muita liberdade para fazer” (Clarissa).

“Quando eu entrei a preocupação era ter uma assistente social do meu lado para que qualquer dúvida que eu tivesse eu poderia recorrer. Se eu tiver uma dúvida, eu vou lá e pergunto, pra mim é aprendizagem. Eu me arrependo de ter começado só no 7º semestre, e eu queria muito estar em um lugar maior, eu acho que eu daria mais, aprenderia mais, trabalhar mais com a questão dos valores, ou então numa empresa no setor de recursos humanos” (Edna).

Para Clarissa e Edna a expectativa está mais centrada na figura do assistente social, supervisor da prática, em relação à recepção e acompanhamento na instituição.

É uma preocupação pertinente, considerando que alguns alunos não são corretamente encaminhados quando iniciam o estágio.

Quando o profissional se coloca como referência, como um espelho, ele sabe que o aluno busca realmente nele uma referência, o que pode nem sempre se sentir satisfeito.

A pergunta seguinte foi feita a todos os sujeitos envolvidos na pesquisa, os profissionais de Recursos Humanos, os assistentes sociais, supervisores da prática e os alunos do período extracurricular. Vejamos os depoimentos dos alunos no período curricular. O que pensam sobre o assunto?

“É sabido no mundo do trabalho que a situação de estagiário favorece muito mais a instituição que propriamente ao estagiário, visto que esta tem a possibilidade de ter em seu quadro de

trabalhadores alguém com certo conhecimento e que está no processo de atualização constante devido à manutenção no curso. No geral é alguém jovem com sede de conhecimento profissional e com energia para alcançá-lo e que além desses aspectos positivos, a instituição não mantém nenhum vínculo empregatício, o que não gera custos trabalhistas, oferece-lhe uma bolsa, que muitas vezes se traduz em simples ajuda de custo. Assim, não posso afirmar que é por interesse de dar oportunidade ou de gerar postos de trabalho que essa demanda tem se apresentado e crescido” (Aline).

“Eu penso que na minha turma, ninguém é melhor que ninguém, todas são estudiosas, esforçadas, inteligentes, e quando a gente sair do estágio, será que vai ter emprego para tanta gente boa, ou o emprego vai compensar todo esse nosso esforço” (Jane).

“Eu acho que deveria ter um número maior de assistentes sociais, para dar conta de tantos processos, que na maioria são feitos por nós estagiárias. Lá são 3 assistentes sociais e 5 estagiárias. O estagiário, hoje, em qualquer instituição, faz a mesma coisa que o profissional graduado, com a mesma, ou quase a mesma competência, até mais às vezes e as instituições estão optando por um maior número de estagiários por ser uma mão-de-obra barata” (Vera).

“Eu acho que tem muita gente contratando estagiário porque é mão-de-obra qualificada e barata, mas não dão apoio, o valor das bolsas é pequeno, muito baixo em relação a outros cursos eles não dão apoio porque é um trabalho temporário eles não têm nenhuma responsabilidade. Acho que devia ter uma fiscalização do CRESS” (Clarissa).

Os depoimentos das entrevistadas nos remetem a algumas reflexões pertinentes frente ao contexto de precarização em que se dão as relações dos estagiários.

No depoimento da entrevistada Ana (assistente social), ela falava da Universidade como um celeiro, onde as instituições vão buscar uma mão-de-obra como Aline descreve. Jovem, em processo constante de atualização, com sede de

conhecimento profissional, e aqui se subentende a prática, e o interesse em apresentar bons resultados o que em última instância favorecem às instituições. O estagiário é mão-de-obra barata, visto que recebem uma bolsa de baixo valor; a utilização do estagiário é muito mais uma forma de baratear os custos da instituição/empresa, do que criar oportunidade de trabalho, considerando o caráter temporário do estágio; a flexibilidade do mercado que substitui o profissional pelo estagiário e exige dele o cumprimento de atividades com a mesma competência exigida dos profissionais; a falta de apoio aos estagiários que deixam transparecer em alguns depoimentos as dificuldades com a supervisão, levando em conta inclusive o número de profissionais inferior ao de estagiários. São situações que nos permitem admitir. Não há, portanto interesse por parte das instituições com o programa de estagiários em criar postos de trabalho, considerando ser o estagiário mão-de-obra descartável que ao final de um ano ou dois, prazo de vigência do contrato são substituídos.

O depoimento de Jane nos remete à discussão da “empregabilidade”, das exigências de qualificação feita pelo mercado e onde a disputa se faz de forma bastante acirrada, principalmente se recorrermos a alguns procedimentos ainda vigentes do apadrinhamento, cuja concessão do emprego mesmo de forma precária, pela não realização de concursos, representa a oportunidade de não estar desempregada.

Nos atendimentos feitos aos alunos no Setor de Estágio, alguns colocam queixas quanto ao tratamento recebido e buscam saber se o Código de Ética fala sobre os direitos dos estudantes, pois se sentem prejudicados, principalmente no que se refere à liberação para participar de seminários, oficinas, etc., enfrentando em outras ocasiões a resistência dos profissionais, quando vêem no estagiário uma ameaça à sua posição pelo fato de que estão na Universidade e de posse de conhecimentos atuais.

A questão seguinte indaga sobre a supervisão, como ela acontece na instituição.

Analisando os depoimentos das entrevistadas quanto à supervisão e orientação que recebem dos profissionais são identificados pontos comuns.

“Senti-me completamente apoiada e orientada devido ao acompanhamento dado e a sensibilidade da técnica em compreender meus limites pessoais e acreditar em meu potencial” (Aline).

Aline é precisa. Ela se sente apoiada, recebendo a devida orientação e acompanhamento.

“A minha técnica sempre está presente, sempre que eu tenho alguma dúvida sobre qualquer coisa, eu recorro a ela. Ela me dá total apoio, não só ela, como a outra técnica, nos deram muito apoio em um projeto que implementamos em uma escola. Ela foi muito presente mesmo, e ela me ajuda de todas as maneiras, tudo que eu precisar dela, ela está presente” (Jane).

Jane enfatiza a presença física, o que a faz sentir segura. Também fala da ajuda e do apoio.

“As orientadoras estão sempre ajudando em caso de dúvida, mas mesmo assim é difícil, alguns casos envolvem violência, abuso sexual da parte dos pais, e às vezes o que eu acho justo não é compatível com a lei. Então, eu não consigo fazer meus pareceres rapidamente, pois tenho medo de ser injusta, precipitada. Quando chega alguém na porta e faz uma pergunta, só respondem se ela for para o balcão de atendimento, ‘olha aqui não é lugar de atendimento, se a Sra. for para o balcão eu lhe dou a resposta’. Então são certas coisas que eu acho um desrespeito com o usuário. Eu estou aprendendo muito o que não se deve fazer, com certeza” (Vera).

Também Vera refere-se à ajuda. O seu depoimento traz algumas questões que merecem reflexão. Mesmo recebendo ajuda se sente insegura diante de

algumas atividades que implicam em julgamento. Julgar envolve valores e neste sentido aumenta a sua preocupação de que venha a cometer alguma injustiça.

Buriolla (1994), ao comentar alguns depoimentos envolvendo supervisão, afirma que os alunos, às vezes, demonstram não querer ter como referência seu supervisor de campo.

Vera, quando diz que está aprendendo o que não se deve fazer, expressa uma preocupação quanto ao procedimento dos profissionais, que não deverá ser tomado como referência.

“A equipe é muito boa, apesar de no início elas terem ficado um pouco receosas por se acharem um tanto ultrapassadas, não foi o que constatamos no decorrer do semestre, aliás, elas demonstraram que apesar de não estarem afiadas às novas teorias do Serviço Social, estão com o projeto ético político da profissão; as técnicas têm nos dado total apoio nas nossas atividades e nos projetos de intervenção que elaboramos, e se colocando muitas vezes não como supervisoras, mas como colegas de profissão, o que nos dá maior segurança” (Clara).

O depoimento de Clara, deixa transparecer um aspecto importante. A valorização do estagiário que se avalia através do procedimento adotado pelos profissionais e relatado pela entrevistada. Clara coloca uma questão que faz parte dos debates entre os profissionais e que muitas vezes os faz recusar ser técnico de apoio. São profissionais formados há mais tempo e que não acompanham as discussões teóricas que se dão no espaço acadêmico. Ressalta, no entanto, o compromisso com o projeto ético-político da profissão.

Acrescentamos ao depoimento do aluno que os profissionais vêm participando assiduamente dos encontros e seminários realizados pelo Setor de Estágio, o que revela o interesse em superar suas limitações.

“As assistentes sociais que estão lá elas sempre têm cuidado de orientar quando percebem que a gente não está fazendo o atendimento de forma correta. Elas interferem sem deixar o cliente perceber, como se estivesse complementando. Eu acho isso muito interessante, a gente acaba aprendendo e elas não deixam passar para o usuário a idéia de que o estagiário não sabe de nada. E lá tem muito isso em outros setores” (Clarissa).

O depoimento de Clarissa apresenta um aspecto bastante positivo por parte dos profissionais. É uma atitude de respeito e de forte conteúdo ético. Quando ela diz que acontece em outros setores, temos clareza do fato, pois já foi abordado no setor de estágio por alguns alunos.

“Desde que eu comecei a peregrinação, eu acho, no caso da FUNCI, é mão-de-obra barata, é para suprir uma necessidade, porque, eu não estagiei lá, mas pelo que me contam, eles não contratam profissionais. Eu acho o projeto da FUNCI excelente, a intenção é ótima, mas isso não se realiza na prática, porque os profissionais não são bem tratados, não vejo incentivo, apoio, não vi acompanhamento” (Edna).

Já Edna mostra o condicionamento do acompanhamento à falta de apoio e incentivos aos profissionais, embora o projeto do qual faz parte seja excelente.

A resposta de cada entrevistada deixa transparecer a idéia que têm de supervisão. Ressaltam elementos como ajuda, apoio, orientação, respeito. Os profissionais quando indagados sobre o assunto apontaram os mesmos elementos, além de se colocarem como referência para os alunos. Embora em depoimentos anteriores os alunos apresentem queixas quanto à sua utilização o que de certa forma envolve a supervisão, aqui dão depoimentos favoráveis com exceção da entrevistada Edna.

A compreensão do que significa estágio para os alunos pode ser traduzida pelas atividades que lhes são designadas por parte dos dirigentes ou profissionais nas instituições

“Nós, estagiárias, participamos da construção das propostas de trabalho, nos compete a realização de visitas às comunidades e relatórios dessas visitas, dentre muitas outras atividades, organizamos e realizamos eventos como seminários, cursos, encontros e grupos de estudo. Considero serem compatíveis a nossa formação uma vez que temos a oportunidade de participar de todos os processos de trabalhos que fazem parte da rotina de muitas entidades. Tenho identidade com o trabalho com comunidades no sentido de favorecer seu desenvolvimento e fortalecimento do movimento comunitário” (Aline).

No caso de Aline, ela reconhece que as atividades são compatíveis.

“A contribuição é no sentido de conhecer como se dá o trabalho da assistente social na área jurídica, de conhecer como se faz a perícia social, conhecer as leis, mas no que tange à profissão, ao código de ética, as teorias e metodologias, eu não estou tendo muito aproveitamento. Eu trabalho com atendimento às varas de família, quando os juízes sentem a necessidade do estudo social nos processos, eles os enviam para o nosso setor. Nos processos de guarda, que envolvem crianças e adolescentes, nós fazemos visita domiciliar, entrevistas com as partes do processo, testemunhas e depois nós fazemos um relatório, onde tem o parecer. Eu fiquei muito assustada quando eu vi que a gente tinha que fazer o mesmo trabalho que a assistente social faz, visita domiciliar sozinha, entrevista, dar pareceres, decidir sobre a vida das pessoas e eu pensava que só tava no 7º semestre. “A gente cai um pouco no pragmatismo. A gente pega o processo, estuda o processo, devolve o processo, não sabe qual foi a sentença do juiz, não tem continuidade. Nós só temos contato com as partes uma vez, a não ser que o processo retorne ao setor. Então eu acho um pouco limitado” (Vera).

Pelo fato de que a área jurídica tem procedimento bem específico e que não fazem parte da grade curricular do Curso de Serviço Social, a entrevistada revela sua dificuldade, deixando clara a falta de oportunidade de explorar mais os conhecimentos específicos da sua formação acadêmica, como a visita domiciliar, entrevistas, reuniões entre outros.

“Nós organizamos e fazemos seminários, palestras, no final do mês sempre tem um relatório” (Jane).

“Eu acho que muita coisa que eu faço tem a ver, outras, não. O problema não é do Serviço Social, mas das pessoas que dirigem a Maternidade, que delegam as funções. O Serviço Social não tem como se livrar delas, também nós estagiárias, mesmo que fale que não é nossa função” (Clarissa).

Clarissa não explicita suas atividades, reconhece que algumas são compatíveis, outras não e mesmo assim, por deliberação superior os assistentes sociais têm que executar, sendo os estagiários também envolvidas. Fica evidente o jogo de poder institucional, que os alunos têm que compreender e para isto é necessário orientação, tanto do profissional de campo, como do professor em sala de aula.

A concepção de estágio que se percebe está mais no sentido do agir, sem que fique clara a preocupação com o espaço do estágio, enquanto momento para reflexão e aprendizagem, porque esta compreensão tem que chegar aos dirigentes.

Quando Jane falava que toda a sua turma é muito estudiosa, subentende-se que têm uma boa formação, ou melhor, que o Curso lhes oferece conteúdo para enfrentar o mercado de trabalho. Vejamos a opinião das entrevistadas sobre o atual currículo, se ele está compatível com as exigências do novo mercado de trabalho:

“Acho que vemos muita teoria no curso de Serviço Social. Acho que tinha que ter mais disciplinas como Dinâmica de Grupo, onde nós aprendêssemos a lidar melhor com o público” (Jane).

“Eu acho que nosso currículo tem muita coisa boa, mas meio defasado, deveria ter mais cadeiras de práticas, tipo estágio e devia começar antes, porque quando pedem experiência é de no máximo 1 ano como estagiário. Tem muito aluno que está começando no 2º, 3º semestre, que tem bolsa. Soube de um para uma empresa de transporte, para o 6º semestre, mas não tem acompanhamento nenhum”. Eu acho que faltam cursos complementares dentro da formação acadêmica. A gente fica desesperada quando entra numa instituição, como eu vou por a teoria na prática?” (Clarissa).

A sugestão quanto à oferta de cursos complementares foi também apresentada pelos assistentes sociais entrevistados.

As entrevistadas têm pontos comuns, quando admitem que o curso tem muita teoria, e que necessita de disciplinas mais voltadas para a prática e que ofereçam mais elementos para trabalhar com o público.

O estágio deveria vir em semestre anterior até para que o aluno adquirisse experiência mais cedo.

Quando as alunas do período extracurricular deram seu depoimento sobre o ingresso precoce nos campos de estágio, este foi o principal motivo.

As demais entrevistadas não foram claras em relação a esta questão.

Finalizando interessa saber o que representou para elas a experiência no campo de estágio. Como descreve sua experiência:

“O estágio tem sido muito rico, como qualquer experiência, em qualquer lugar que você esteja, você aprende, tanto o que se deve, quanto o que não se deve fazer” (Vera).

“Eu vejo com bastante alegria, pois é indispensável essa experiência com a prática para a nossa formação acadêmica” (Clara).

“Eu gosto muito da Maternidade, foi muito significativo para mim. Estou procurando outro estágio, mas gostaria de poder conciliar. Fui para lá por acaso, mas se eu tivesse que escolher hoje, eu escolheria a Maternidade, mesmo sem bolsa. Devia ter, mas já que não tem, é o que tenho para reclamar, a falta da bolsa” (Clarissa).

Os depoimentos apresentados ressaltam só aspectos positivos. Importante reconhecer que valeu a experiência, pois mesmo os campos que não oferecem oportunidades para um estágio mais satisfatório, ele será instrumento para avaliação e análise da prática profissional.

Ao finalizar este item considerados pertinente alguns comentários quanto à prática dos alunos nos períodos curricular e extracurricular.

Em relação às atividades desenvolvidas percebe-se que não há diferenças significativas, O que faz a diferença é o acompanhamento do assistente social, considerando o que falou um entrevistado. O aluno no período curricular tem responsabilidades para com a Universidade o que implica em mais empenho do profissional para com ele. Dessa forma, a formação do aluno que está no período extracurricular é prejudicada, mesmo que o aluno lance mão de habilidade e qualidades pessoais, tais como, como criatividade, iniciativa, liderança entre outras e que hoje são valorizadas no mercado de trabalho. Há por parte do aluno nos semestres anteriores ao 7º, mais disponibilidade e neste sentido são mais explorados. Este argumento está sendo utilizado por nós, que ouvimos de um profissional: “para nós é melhor trabalhar com

estagiários do 5º e 6º semestres. Eles são mais disponíveis e não estão ainda preocupados com o a monografia”. São estas questões que ampliam e justificam a nossa preocupação. Sem poder ignorar a crise do desemprego como garantir uma formação em que o aluno não seja tão explorado?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando decidimos realizar a pesquisa, cujos resultados foram apresentados neste trabalho, não tínhamos a pretensão de chegar a uma verdade, ou seja, à confirmação de que é uma prioridade para o aluno do Curso de Serviço Social, o estágio remunerado, mesmo que isto resulte em prejuízos para a sua formação acadêmica. Fomos sim, em busca do entendimento, que os sujeitos envolvidos como alunos, assistentes sociais, supervisores da prática e profissionais responsáveis pelo processo de recrutamento e seleção, têm sobre o significado do estágio no processo de formação, mais precisamente da utilização do estagiário no contexto da precarização do trabalho.

Ao elaborar o roteiro das entrevistas, procuramos fazer uma articulação entre as questões, de forma que tivéssemos, entre elas uma complementariedade. Com o desenvolvimento das entrevistas, bem como no momento da análise percebemos que algumas estavam mais diretamente ligadas à questão central da nossa investigação.

Neste sentido, é que as nossas considerações se fixam nas que dizem respeito: ao interesse dos alunos em procurarem estágio antes do período obrigatório; quais os fatores que determinaram sua opção pelo campo; quais as atividades desenvolvidas; como se dá o processo de supervisão e o porque do aumento da demanda de estagiários por parte das instituições.

Quanto ao interesse pelo estágio extracurricular, o contrário do que esperávamos, os alunos colocaram em primeiro lugar, o interesse pela aprendizagem, argumentando a curiosidade de conhecer a prática que era objeto de

discussão em sala de aula e a distância entre o início do curso e a disciplina de estágio. Embora coloquem como prioridade o aprendizado, todas têm bolsa em instituições que também recebem alunos do período curricular, o que de certa forma demonstra que a procura se volta para campos que oferecem bolsa e não leva em conta o fato do aluno estar ou não no período curricular obrigatório.

Com relação à segunda questão, esta voltada para os alunos no período curricular, a prioridade pela bolsa não aparece como primeira opção e sim a área de interesse. Das seis alunas entrevistadas, uma não tem remuneração porque não conseguiu. Como já foi colocado anteriormente, as bolsas na área de Serviço Social, ainda são reduzidas em relação ao número de alunos. No início do semestre é dado aos alunos, o prazo de um mês para iniciar o estágio. Alguns deixam vencer o prazo porque não querem aceitar as vagas disponíveis, pelo fato de não oferecerem bolsa. São praticamente forçadas frente à iminência de perder a disciplina.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas no estágio, não são significativas as diferenças entre os alunos nos diferentes períodos. Nem todas as atividades são compatíveis com a profissão, o que identificamos através dos depoimentos dos entrevistados.

A diferença está ligada ao fato do aluno ter ou não o acompanhamento do assistente social, e aqui reside a preocupação com o aluno que faz o estágio extracurricular como tivemos oportunidade de verificar na fala de uma entrevistada, que diz não receber o acompanhamento que a outra colega, no período curricular, recebe. No entanto, mesmo entre os alunos do período curricular há insatisfação quanto ao acompanhamento, particularmente em atividades que exigem conhecimentos específicos, cujo conteúdo não é dominado pelo estagiário. O fato

implica na necessidade de maior acompanhamento por parte do supervisor da prática. Outro aspecto relacionado à supervisão diz respeito ao número de profissionais insuficiente para dar ao aluno a devida orientação. Em um dos depoimentos, o aluno afirma ser o número de profissionais inferior ao das estagiárias, o que as deixa sobrecarregadas e sem orientação.

Por fim, as nossas considerações sobre a discussão quanto à crescente demanda por estudantes.

A precarização do trabalho está visível no depoimento dos primeiros entrevistados. Os estagiários são contratados à medida que as instituições ampliam seus programas, e não contratam por meios legais funcionários para executá-los.

O significado do estágio para este grupo se traduz como ajuda, suporte e neste sentido, o estágio não é percebido como momento de aprendizagem, de reflexão e sim de ação, do cumprimento de tarefas, nem sempre compatíveis com a formação acadêmica dos alunos, como demonstram alguns alunos nos seus depoimentos.

A partir dos depoimentos dos assistentes sociais, supervisores da prática, bem como dos alunos o que se evidencia é a estratégia do Estado e das Empresas para reduzir seus custos com pessoal. A retração do Estado principalmente em relação às políticas públicas, provoca alterações no mercado de trabalho dos assistentes sociais, que têm no serviço público seu principal empregador. O preenchimento de vagas decorrentes de aposentadoria ou outras causas, só é possível através de concurso, o que não vem acontecendo. Para que os trabalhos não sofram solução de continuidade, o Estado autoriza a contratação de estagiários e vai buscar nas Universidades, mão-de-obra barata, disponível e em qualificação. O aluno, por sua vez, vê a possibilidade de uma renda que lhe permita o acesso a alguns bens e

serviços necessários. Mesmo tendo clareza, como demonstra uma entrevistada, que o estágio não é emprego e que se trata de um contrato temporário e precário, a concorrência por bolsas se torna um processo seletivo, em que as oportunidades dependem do mérito e em algumas circunstâncias, do favorecimento, o que provoca nos alunos uma grande insatisfação.

A preocupação com o desemprego, cuja discussão teórica foi feita no início deste trabalho, reflete-se na fala de uma entrevistada que diz não saber o que fazer quando terminar o período da bolsa. E o que dizer quando os alunos retardam a conclusão do curso, frente à possibilidade de que enquanto aluno tem oportunidade de estágio? Algumas empresas, às vezes, contratam estudantes de 9º semestre, uma confirmação da precarização que hoje determina as relações de trabalho, mesmo para os recém formados, alguns trabalhando em órgãos públicos estaduais e municipais com contratos temporários de trabalho.

Um outro dado resultante da pesquisa, e que chamou atenção diz respeito à diminuição dos assistentes sociais nos quadros das empresas, resultando igualmente na redução de estagiários na referida área.

Acreditamos ser oportuno ressaltar o quanto foram ricas as entrevistas realizadas, não só pelo conteúdo, mas pela oportunidade de contato com as instituições. A proximidade com os profissionais nos fez ver que uma maior articulação talvez possa vir a diminuir as dificuldades identificadas de ambos os lados. Os alunos necessitam do campo para desenvolver o seu aprendizado, daí porque não é possível pensar o estágio sem as instituições. Mesmo que a Universidade venha a dispor de campo próprio não será o suficiente para atender à demanda do aluno.

Em relação à problemática, este trabalho contribuiu para o esclarecimento de uma realidade que temos vivenciado. No entanto, ele contém uma história com sujeitos diferentes, papéis igualmente diferentes, num cenário comum: o mundo do trabalho.

Mesmo considerando que nas entrevistas nem todos os valores e sentimentos que perpassam as escolhas dos alunos e profissionais entrevistados tenham sido expressos, ficou na evidência dos depoimentos, que o jogo do capital determina as relações no campo de estágio da mesma forma que no mercado de trabalho. No entanto, não seria justo deixar de registrar os esforços demonstrados pelos profissionais entrevistados, que desejam contribuir para o processo de formação dos alunos.

Registramos ao finalizar, nossa satisfação e empenho para que este trabalho possa subsidiar outras questões e abrir novos debates sobre o assunto tão presente no contexto das novas relações do mundo do trabalho e da formação acadêmica.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e Precarização numa ordem neoliberal. In: **A Cidadania negada** – políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1955.

CATTANI, Afrânio Mendes. Educação formal e mercado de trabalho. In: **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1996.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: **Fábrica de Consenso**. São Paulo: Cortez, 1988.

Código de Ética Profissional do Assistente Social.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social – pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1955.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Elizabete Ana. Entre a rua e a fábrica: reciclagem e trabalho precário. In: **Temporalis** n. 6 – ABEPSS, 2002.

_____. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETO, Meneleu José. Desemprego e luta de classe: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In **Neoliberalismo e reestruturação produtiva – as novas determinações do mundo do trabalho**. Fortaleza: Cortez, 1988.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n.50. São Paulo: Cortez, 1996.

PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In: **Cidadania negada – políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. A Metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: **CADERNO CEAD**, Módulo 01.

PINO, Del Mauro. Política educacional, emprego e exclusão social in: **Cidadania negada – políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

PINTO, Rosa Maria Ferreira. **Estágio e supervisão – um desafio teórico-prático do serviço social**. São Paulo: NEMESS, 1997.

Relatório Pesquisa – **O Perfil dos assistentes sociais frente às exigências do mercado de trabalho nos anos 90: uma análise da realidade cearense**: CRESS/CFESS/UECE. Fortaleza, 1998.

Relatório Pesquisa, **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação da Universidade Estadual do Ceará**, Fortaleza, 1999.

SAINSAULIEU, Renaud. A Identidade no trabalho ontem e hoje. In: **Trabalho e globalização**. Revista semestral. Ano VI n. 9, 2001.

SAVIANI, Dermeval. O Trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: **Tecnologias, trabalho e educação – um debate multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

SILVA, Maria Dulce. O Estágio na formação profissional – elementos para análise. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N. 45. São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA, Neise Távora. As Relações sociais e o serviço social no Ceará – 1950 – 1960. **CADERNO NUPEDESS/UECE**, Fortaleza, 1987.

TAVARES, Augusta Maria. A Centralidade do trabalho produtivo no capitalismo contemporâneo. In: **Temporalis**, n. 06 – ABEPSS, 2002.